

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DO RURAL AO URBANO  
O CASO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO  
(MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS)**

**JORGE LUIZ DA ROSA**

**FLORIANÓPOLIS, 2004.**

JORGE LUIZ DA ROSA

**DO RURAL AO URBANO  
O CASO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO  
(MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS)**

Monografia apresentada ao curso de ciências econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título em Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do professor Alberto da Silva Jones

FLORIANÓPOLIS, 2004.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**DO RURAL AO URBANO  
O CASO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO  
(MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS)**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420- Monografia**

**Por: Jorge Luiz da Rosa**

**Orientador: Prof. Alberto da Silva Jones**

**Área de Pesquisa: Economia Regional e Urbana**

**Palavras chave:**

- 1. São João do Rio Vermelho**
- 2. Organização Espacial**
- 3. Loteamentos Irregulares**

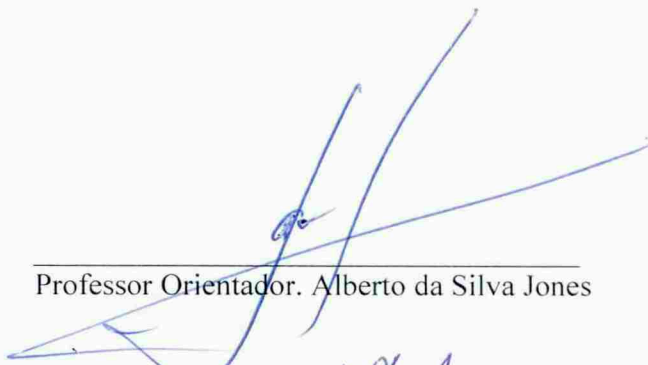
**Florianópolis, Março de 2004.**

**JORGE LUIZ DA ROSA**

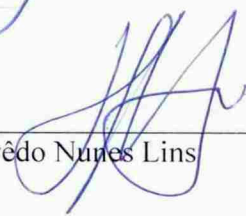
**DO RURAL AO URBANO**  
**O CASO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO**  
**(MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS)**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 6,5 ao aluno (a) Jorge Luiz da Rosa na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Florianópolis, 09 de dezembro de 2004.



Professor Orientador. Alberto da Silva Jones



Professor Hoyêdo Nunes Lins



Professor Luiz Carlos de Carvalho Junior



## AGRADECIMENTOS

Acima de tudo e, em especial, a minha companheira Tereza e minha filha Ana Luiza, e meus enteados Thiago e Flaviana que sempre incentivaram meus estudos, suportando a minha ausência no momento em que mais precisavam, expresso, reconhecimento e todo meu amor.

A meu inestimável irmão Joel, luz maior desta minha jornada em vida, e a toda minha família que através desta formidável união, foi à base de minha perseverança.

A família Thormann, sem vocês seria praticamente impossível me aventurar neste sonho que foi cursar uma faculdade.

A meu orientador Prof. Alberto da Silva Jones, pelo apoio, pela paciência, pela força que me concedeu em todos os momentos em que precisei.

Aos meus amigos, que estiveram presentes durante todo o curso, pelo incentivo e colaboração.

A todos, o meu muito obrigado.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>11</b>
1.2.1. OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.2. OBJETIVO ESPECÍFICO.....	11
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>12</b>
<b>ESTRUTURA DO TRABALHO.....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO 2: O ESPAÇO URBANO DO RIO VERMELHO COMO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS.....</b>	<b>19</b>
<b>2.2. O ESPAÇO URBANO DE RIO VERMELHO COMO OBJETO DE ESTUDO.....</b>	<b>22</b>
2.2.1. A PRIMEIRA VISTA.....	22
2.2.2. LOCALIZANDO O DISTRITO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO.....	25
2.2.3. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	28
2.2.4. PLANO DIRETOR: ESPAÇO DE CONFLITOS E DE INTERESSES.....	32
2.2.4.1. Plano Diretor de Florianópolis.....	36
2.2.4.2. Macro zoneamento do espaço do distrito de São João do Rio Vermelho.....	38
2.2.5. CONFLITOS DE INTERESSES.....	42
2.2.6. OS LOTEAMENTOS.....	44
2.2.7. A QUESTÃO DA PROIBIÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA.....	46
<b>3. CONCLUSÃO.....</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>58</b>

## RESUMO

O Presente trabalho tem como objeto à discussão do processo recente da ocupação urbana na cidade de Florianópolis, particularmente, do Distrito de São João do Rio Vermelho. Trata-se de um processo complexo e que vem transformando de forma relevante à paisagem urbana e social desta localidade, outrora pacata área rural, em um bairro densamente povoado, cujo espaço foi ocupado de forma desordenada e, em grande medida, irregular. Tais fatos vêm engendrando problemas sociais, econômicos e ecológicos de diversas ordens e gravidade crescente. Em consequência disso busca uma reflexão com a comunidade local sobre as consequências desta ocupação, analisada sobre as perspectivas de desenvolvimento apontadas pela Conferência de Estocolmo 1972.

Apresenta uma análise sobre o Plano Diretor vigente na cidade de Florianópolis, principalmente o mapa de zoneamento do Distrito de São João do Rio Vermelho, ressaltando, os conflitos gerados pela ocupação irregular nesta localidade. Sendo que segundo aponta o Plano Diretor, a região é considerada em sua maior parte como área rural e área de preservação permanente.

Conclui que a ocupação desordenada que atinge a região nos últimos dez anos trouxe consequências sérias para o futuro do bairro, diminuindo de maneira preocupante a qualidade de vida desta população, o que contraria as metas apontadas pela conferência de Estocolmo. Entretanto, cabe a comunidade, organizar-se de maneira que possa discutir seus principais problemas e soluções, junto com o poder público e que garantam as gerações atuais e também futuras seu direito à vida.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- ILUSTRAÇÃO 01 – Expansão urbana
- ILUSTRAÇÃO 02 – Vista parcial
- ILUSTRAÇÃO 03 – Sr Evaristo e seu padrinho – contando estórias
- ILUSTRAÇÃO 04 – Localização do Distrito de São João do Rio Vermelho
- ILUSTRAÇÃO 05 – Sistema viário
- ILUSTRAÇÃO 06 – Igreja católica - central
- ILUSTRAÇÃO 07 – Casa antiga – estilo de construção açoriana
- ILUSTRAÇÃO 08 – Tempo de moradia
- ILUSTRAÇÃO 09 – Evite problemas
- ILUSTRAÇÃO 10 – Antigos campos de lavouras
- ILUSTRAÇÃO 11 – Parque florestal do Rio Vermelho
- ILUSTRAÇÃO 12 – Rodovia João Gualberto Soares
- ILUSTRAÇÃO 13 – Conjunto residencial
- ILUSTRAÇÃO 14 – Manifestação popular – calçamento do travessão
- ILUSTRAÇÃO 15 – Prédio escolar construído recentemente
- ILUSTRAÇÃO 16 – Rua estreita
- ILUSTRAÇÃO 17 – Casa sem energia elétrica
- ILUSTRAÇÃO 18 – Motivo de morar no Rio Vermelho
- ILUSTRAÇÃO 19 – Mutirão para construção da ponte sobre o Rio Vermelho
- ILUSTRAÇÃO 20 – Loteamento legalizado segundo novo Plano Diretor
- ILUSTRAÇÃO 21 – Rua do Travessão

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Crescimento das grandes cidades brasileiras

TABELA 2 – Crescimento populacional no Distrito do Rio Vermelho

## **CAPÍTULO 1**

### **O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO**

#### **1.1. INTRODUÇÃO**

Esta Monografia reúne os resultados mais relevantes da análise exploratória e descritiva do processo de urbanização do distrito de São João do Rio Vermelho da Cidade de Florianópolis, Santa Catarina, tal como ocorrido na última década.

Trata-se de um processo complexo e que vem transformando de forma relevante à paisagem urbana e social desta localidade, outrora pacata área rural, em um bairro densamente povoado, cujo espaço foi ocupado de forma desordenada e, em grande medida, irregular. Tais fatos vêm engendrando problemas sociais, econômicos e ecológicos de diversas ordens e gravidade crescente.

Trata-se de uma temática que interessa a diversas áreas de pesquisa e estudiosos das transformações da sociedade. Interessa, particularmente, a planejadores, políticos, membros de associações de moradores de bairro e empresários. Mas, importa, principalmente, à população local.

Este fenômeno de contínua ocupação do espaço e urbanização da localidade do Rio Vermelho pode ser caracterizado no âmbito do construto do processo de “inchaço urbano”, característico dos movimentos de ocupação desordenada de áreas periféricas de pequenas e médias cidades brasileiras, produto do fluxo migratório constante. Segundo o IBGE este processo é engendrado pela saturação de centros maiores, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, onde a falta de oportunidades de trabalho, emprego e renda, tornam agudo o processo de exclusão social e econômica, agravando os problemas da criminalidade e da falta de perspectiva para a vida de camadas crescentes das populações, levando-as a abandonar suas localidade de origem em busca de oportunidades em outras regiões que, supostamente, apresentam melhores oportunidades de trabalho e emprego. Trata-se de um fenômeno alimentado, em grande medida, na atualidade, especialmente no caso da cidade de Florianópolis, pela propaganda voltada para atração de turistas, em particular as articuladas ao turismo ecológico e à atração de migrantes de alta renda,

fundadas no *marketing* da qualidade de vida na Ilha de Santa Catarina, divulgada nacional e internacionalmente, como a “ilha da magia”, possuidora da melhor “qualidade de vida” do país.

Um dos resultados importantes deste processo pode ser caracterizado pelo crescimento acelerado da população e pela ocupação desordenada do espaço na cidade de Florianópolis. A população de Florianópolis, segundo os dados do FIBGE – Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - saltou de 187.871 em 1980 para 342.315 em 2000: um incremento de 82,20% da população residente em apenas vinte anos.

Esses fenômenos implicaram diversos efeitos perversos. Tais efeitos marcam e oferecem especificidades importantes ao processo de desenvolvimento e urbanização da cidade de Florianópolis, em particular no que se refere aos indicadores da qualidade de vida da sua população. Nos últimos vinte anos, por exemplo, a violência urbana passou de uma taxa de 4,9 homicídios por 100.000 habitantes para uma taxa de 17,2. Esses índices acompanham os crescentes níveis de desemprego e do crescimento desordenado de loteamentos clandestinos e de ocupações irregulares.

Por outro lado, o aumento populacional traz, também, um novo dinamismo a economia local, principalmente no setor de construção civil e comércio.

Colocando o processo de ocupação do espaço físico, econômico e social da cidade de Florianópolis, em particular do Distrito do Rio Vermelho, nesta perspectiva e considerando a argumentação dos estudiosos da economia do turismo, que defendem a hipótese de que às tendências da economia mundial têm no turismo um fator de convergência no sentido de possibilitar a alavancagem do desenvolvimento econômico à partir da implementação da economia local, pode-se formular a hipótese de que a cidade de Florianópolis reúne, em princípio, as condições necessárias a trilhar essa trajetória na planificação de seu processo de desenvolvimento.

Por outro lado, neste trabalho, o estudo desta problemática, a partir da análise exploratória dos dados do crescimento e da ocupação do distrito do Rio Vermelho, procurará ter em estrita consideração, na interpretação do processo, as indicações e recomendações derivadas da Conferência de Estocolmo de 1972, no que toca aos indicadores de autosustentabilidade – econômica, social e ecológica. Será nesta perspectiva que se desenvolverá o presente estudo.

Este trabalho procura discutir as relações entre o aumento da população em Florianópolis e as mudanças verificadas no distrito de São João do Rio Vermelho. Além disto, procura analisar, exploratoriamente e com base em métodos de observação semiparticipante, as principais transformações socioeconômicas ocorridas nos últimos dez anos; descrever o crescimento do mercado de terras e a “especulação” imobiliária no Distrito do Rio Vermelho. Este Distrito é definido no Plano Diretor da Cidade, em quase sua totalidade, como área rural e área de preservação permanente. Entretanto, dadas às pressões da especulação imobiliária, estas diretrizes do Plano Diretor vêm sendo questionadas pela própria população residente no bairro.

## **1.2. OBJETIVOS**

### **1.2.1. OBJETIVO GERAL**

Resgatar, recuperar e interpretar, exploratoriamente, a trajetória recente da ocupação urbana na cidade de Florianópolis, particularmente, do distrito de São João do Rio Vermelho, cuja maior parte da área é definida pelo Plano Diretor da cidade, como Rural e Preservação Permanente, procurando desenvolver algumas reflexões e recomendações acerca das possibilidades futuras do distrito e do próprio Município.

### **1.2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Levantar, junto à literatura, as teorias e pesquisas sobre o Espaço Urbano;
- Caracterizar e analisar o mercado de terras a partir do Plano Diretor vigente;
- Discutir e descrever o processo de ocupação e a situação atual do distrito de São João do Rio Vermelho, buscando analisar, exploratoriamente, suas perspectivas e possibilidades futuras.



### **1.3. METODOLOGIA**

A primeira etapa desta pesquisa fundou-se na revisão de literatura específica acerca dos processos de urbanização e ocupação do espaço e suas implicações para o processo de desenvolvimento urbano. Este levantamento e revisão bibliográfica estenderam-se a uma análise documental, buscando, assim, a possibilidade de desenvolver uma descrição histórico-exploratória do fenômeno da ocupação humana, econômica e espacial do Distrito do Rio Vermelho.

No que toca ao processo de urbanização da cidade de Florianópolis e o conseqüente alastramento de suas fronteiras urbanas em direção a regiões antes tidas como rurais, foi feito um estudo descritivo e exploratório do processo de expansão da economia local bem como de seu plano diretor.

Após esta fase, foi efetuado um levantamento de dados primários no Distrito, com base nas técnicas de entrevista com os atores envolvidos, para verificação e análise da situação atual e as perspectivas para o futuro da localidade. Esta investigação beneficiou-se, de forma importante, da utilização do método de observação semiparticipante, considerando que seu autor é residente na área há 13 anos, além de atuar, enquanto membro da comunidade e através da Associação de Moradores, de todos os movimentos que, neste período foram levados a efeito com o objetivo de adequar o crescimento do bairro às necessidades da população residente.

### **1.4. REVISÃO DE LITERATURA**

A breve revisão de literatura feita neste tópico tem apenas o objetivo de indicar alguns dos fundamentos teóricos explorados na análise e interpretação dos dados referentes ao processo de ocupação do espaço e urbanização do Distrito do Rio Vermelho e suas relações no contexto mais geral do processo de desenvolvimento da Cidade de Florianópolis.

Há uma vasta literatura que se ocupa do processo de urbanização na América Latina, em geral; e no Brasil em particular. Esta literatura foi desenvolvida, especialmente

nas décadas de 1950 e 1960 e concentraram-se nos estudos do processo de subdesenvolvimento e suas correções com a industrialização. Enfatizavam os problemas ligados à urbanização acelerada, provocada, por um lado, pela industrialização e, por outro, pela persistência de uma estrutura agrária concentrada e latifundiária, de viés tradicional. A associação dos processos de industrialização dependente e da persistência de uma estrutura agrária atrasada, caracterizada por alguns estudiosos, como “dualismo estrutural”, atuava no sentido de provocar um processo de urbanização disforme, caracterizado como “inchaços” urbanos. Na esteira dessa formulação estavam os estudiosos da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, além de outros pesquisadores importantes, como Graciarena, Mário Marini, André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, entre outros.

A argumentação básica dessa vertente da teoria da articulação entre urbanização, industrialização e subdesenvolvimento era a de que o processo de industrialização acelerada e excludente ocorrido no continente, associado à persistência de uma estrutura agrária arcaica e latifundiária estava na origem dos processos de inchaço urbano. Sobretudo, na medida em que as massas camponesas expulsas do campo pela estrutura agrária tradicional não teria a possibilidade de ser absorvida pela demanda de mão obra especializada, exigida pelo processo de industrialização.

Segundo Mello (1990, p.55),

(...) a origem do capital industrial se dá através da disposição da burguesia de uma massa de capital monetário capaz de se transformar em capital industrial. A burguesia cafeeira foi estimulada a converter capital monetário em capital industrial nos momentos de auge exportador, de 1890 a 1894. A rentabilidade esperada dos projetos industriais era positiva, o que incentivou as decisões de investir.

Segundo a argumentação deste autor, a indústria instalada na cidade estaria na origem do processo de urbanização, atraindo para as cidades os trabalhadores de regiões agrícolas, onde, por outro lado e, concomitantemente, a mecanização agrícola atuava no sentido de expulsar os trabalhadores ocupados nas atividades agrícolas e camponeses tradicionais. A produtividade da agricultura “moderna” e a variedade da oferta de novos

produtos seriam garantidas por técnicas agrícolas mais avançadas e modernas, em particular, fundadas na mecanização da agricultura e na introdução de sementes selecionadas e melhoradas, adubação e utilização de pesticidas e fertilizantes; processos esses incorporados de forma acelerada na esteira da chamada Revolução Verde. Entretanto, nos países subdesenvolvidos industrializados a “modernização” do campo teve como consequência a intensificação do êxodo rural, que engrossou as estatísticas de desempregados e miseráveis nas grandes cidades.

Sobre a atração destas populações rurais para trabalhar nas indústrias da cidade, Corrêa (1989, p. 56) argumentava que:

(...) as atividades capitalistas da cidade, entre elas especialmente as indústrias, necessitam de trabalhadores livres, que dispõem apenas de sua força de trabalho e nenhum ou muito pouco vínculo com o campo. Estes trabalhadores constituem a massa de onde será extraído o valor excedente, fonte de acumulação de capital.

Segundo SPOSITO (1997, p.10), “a cidade não é algo consciente, ela não surge a partir de uma decisão ou decreto, ela é fruto do tempo, da necessidade de sobreviver a cada dia, do homem da mulher, do ontem do hoje e do amanhã”.

A cidade que hoje conhecemos é fruto da organização social de diversos trabalhadores, em virtude da divisão social do trabalho.

Ainda no estudo da ocupação do espaço Urbano, Corrêa (1993) argumenta que o espaço urbano capitalista é o conjunto de diferentes usos de solo, justapostos entre si e que definem áreas como o centro da cidade, como de atividades comerciais de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais e áreas de futura expansão. Portanto o espaço urbano da cidade aparece assim, fragmentado e articulado, sendo expressão espacial de processos sociais e refletindo uma estrutura social em classes dividida em áreas residencial segregadas e profundamente desigual, tendo dinâmica própria e perfeitamente mutável.

É assim, também, que percebemos o espaço urbano, basta olhar em volta, logo se observam áreas com aglomerados urbanos, verticalmente postos lado a lado, com grandes lojas comerciais, ruas especializadas, muitas luzes e movimento durante todo o horário comercial etc. Mais adiante estes aglomerados verticais diminuem suas altitudes e se

lançam horizontalmente até os subúrbios urbanos, e pouco a pouco surgem terrenos baldios, e estes começam a perder fôlego até se tornarem áreas agrícolas. Conforme vamos seguindo, a paisagem vai se transformando. Às áreas centrais são praticamente abandonadas no final de semana, e nos bairros populares explodem como pulsar de vida: neste mesmo intervalo, crianças brincam na rua, os botecos acolhem seus clientes, o cheiro de churrasco e alegria espalham-se no ar.

Para Corrêa (1993, p.10)

“(...) Cidade é mais que um aglomerado humano, formado historicamente num ponto do território, ela é palco de ideologias, de conflitos sociais, de simbologismo, a cidade é o local da produção e da reprodução dos diversos grupos sociais materializado em bairros segregados. Portanto ela é objeto das lutas sociais”.

Portanto, é na cidade que se observa, com mais intensidade, os conflitos sociais: nela se manifestam e organizam-se os partidos políticos, os movimentos de mulheres, de desempregados, de trabalhadores, organizados, ou não, em sindicatos de classes; na cidade se encontram os estudantes “cara-pintadas” assim como os descamisados. Nelas, as ruas e praças ganham nomes “ilustres”, com bustos expostos em praça pública, “imortalizando” seus nomes e rostos. Querendo fazer entender que às populações, cabe homenageá-los como heróis.

Para Corrêa (1993: pág.11) “O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado da ação de agentes que produzem e consomem espaço. A ação desses agentes é complexa, atuando na transformação sócio-espacial”.

Estes agentes sociais manifestam-se e atuam na cidade de maneira diversa, construindo e transformando o espaço, tornando vivo e em constante mutação. Corrêa (1993, p. 13 - 31) mostra quem são, segundo sua análise, estes agentes e como atuam:

1) Os Proprietários dos Meios de Produção: Precisam de terrenos amplos e bem localizados, os quais são caros, devido à especulação fundiária. O encarecimento da terra encarece os imóveis nela situados e em suas redondezas, atingindo os salários da classe

trabalhadora. Que por sua vez exige aumento de salários, diminuindo a taxa de lucros dos proprietários dos meios de produção, estes pressionam então o Estado para realizar desapropriações e obras de infra-estrutura para atingir seus objetivos.

2) Os Proprietários Fundiários: estão particularmente interessados na conversão da terra rural em urbana, pois esta é mais valorizada, através da expansão do espaço urbano. Aos proprietários fundiários interessa o valor de troca da terra. Para isto pressionam o Estado para realizar obras de infra-estrutura que valorizem as terras.

3) Os Promotores Imobiliários: são aqueles que realizam as seguintes operações: Incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização. Os promotores imobiliários não têm interesse na produção de imóveis populares. A produção de habitações populares só é rentável se as habitações forem superocupadas; se qualidade da produção for péssima; e se houver escassez de habitações, elevando os preços a altos níveis.

4) O Estado: atua como grande industrial consumidor de espaços e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário. A sua atuação se faz de modo mais corrente através da implantação de serviços públicos (água, esgoto, iluminação, parques, sistema viário, elaboração de leis e normas vinculadas ao uso do solo). O Estado é o alvo de reivindicações dos diversos segmentos da sociedade.

5) Os Grupos Sociais Excluídos: Na sociedade capitalista uma parcela considerável da população não tem acesso à habitação. Este fenômeno de exclusão não é isolado, junto sobrevivem as subnutrições, as doenças, baixo nível de escolaridade, o desemprego. As opções de moradia dos grupos sociais excluídos são os cortiços, as casas de loteamento periférico, os conjuntos habitacionais construídos pelo Estado e a favela.

É assim que se transforma o espaço urbano, em função da necessidade de sobrevivência, da divisão social do trabalho, dos grupos sociais envolvidos, do dia a dia das comunidades, das relações desiguais de trabalho e vida. As populações que habitam os centros urbanos têm a necessidade de conhecer a cidade, seus movimentos, interagir com os mesmos, compreender quem são e o que fazem os principais atores envolvidos no processo de seu desenvolvimento e transformações fundamentais. Apenas assim será possível conquistar o seu direito ao espaço ecológico, social e econômico da cidade, para viver nela.

Tendo em consideração essas variáveis conceituais que, nesta monografia, foi desenvolvido o estudo e análise exploratórios do Distrito de São João do Rio Vermelho e sua localização no espaço urbano, ecológico, social e econômico de Florianópolis. É no contexto de um processo de desenvolvimento e urbanização dessa magnitude e características que Florianópolis, cidade de médio porte, vêm-se transformado, especialmente nas últimas duas décadas em uma das cidades que mais cresce no País. Tem-se tornado destino certo de populações oriundas do êxodo rural assim como, também, do êxodo originário, por um lado dos processos de agudização da marginalidade e da violência de grandes metrópoles brasileiras e, por outro das ameaças que esses processos têm gerado para as populações de alta renda destas mesmas metrópoles.

Este aumento populacional, em Florianópolis, originou uma expansão dos limites urbanos da cidade, ocasionando uma invasão de áreas antes tidas como rurais, engendrando um novo cotidiano na vida destas comunidades.

Começa a acontecer um processo de desarticulação do modo de vida destas comunidades, e em especial na localidade de São João do Rio Vermelho, tradicional área rural onde a distancia do centro da cidade proporcionou, até bem poucos anos atrás, um relativo isolamento, que manteve a população praticamente estacionária, com o mesmo estilo de vida de seus antepassados. Mas que agora, em virtude da grande especulação imobiliária, dada pelo alargamento das fronteiras urbanas de Florianópolis, tem suas características sociais completamente ameaçadas, onde o novo sequer reconhece o passado, e o nega veementemente.

## **1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO**

O presente trabalho está organizado em três capítulos:

O capítulo I compõe-se da introdução, objetivo e a metodologia aplicada.

O capítulo II trata do objeto do estudo, que é a transformação da localidade de São João do Rio Vermelho de área rural em área urbana, em virtude do grande aumento populacional que sofre Florianópolis, alargando suas fronteiras urbanas até os confins da ilha de Santa Catarina, trazendo conseqüências sociais para esta comunidade. Este capítulo

apresenta um estudo sobre o plano diretor vigente em Florianópolis e sua implicação para o futuro da localidade em estudo.

O capítulo III reúne e apresenta as conclusões do trabalho referente.

## CAPÍTULO 2

### O ESPAÇO URBANO DO RIO VERMELHO COMO OBJETO DE ESTUDO

#### 2.1. DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis é cidade de médio porte. Tem sido, nos últimos anos, uma das cidades que mais cresceu no Brasil. Nas últimas décadas a cidade tem sido destino de uma complexa tipologia de migrantes, que variam desde os expulsos do campo pelo êxodo rural do Estado e de outras localidades da Região, assim como de populações oriundas de outros estados e regiões do Brasil, inclusive de países da América do Sul. Este incremento exacerbado da população, sobretudo da Ilha de Santa Catarina vem engendrando uma expansão desordenada e não planejada dos limites urbanos da cidade, ocasionando uma invasão de áreas, até poucos anos tidas como rurais. Esse fenômeno de urbanização e crescimento acelerado da população residente vem provocando mudanças importantes na Cidade e estabelecendo um novo cotidiano na vida de suas comunidades.

Este processo pode ser observado pela análise dos dados da Tabela 1, abaixo, que apresenta e compara o crescimento por ano das grandes capitais brasileiras em relação ao crescimento de Florianópolis:

TABELA 1: Taxa Média de Crescimento Anual das Grandes Cidades Brasileiras - 1996/2000

Capital	População em 1996	População em 2000	Crescimento ano
São Paulo (SP)	9.839.066	10.406.166	1,41%
Rio de Janeiro (RJ)	5.551.538	5.850.544	1,32%
Salvador (BA)	2.211.539	2.440.886	2,50%
Belo Horizonte (MG)	2.091.371	2.229.697	1,61%
Curitiba (PR)	1.476.253	1.586.898	1,82%
Porto Alegre (RS)	1.288.879	1.359.932	1,35%
Florianópolis (SC)	271.281	331.784	5,16%

Fonte IBGE (2000)

As profundas modificações ocorridas a partir do século XX vão inserir a cidade no contexto modernizante que atravessa o Brasil. A construção civil passa a ser um dos



principais suportes econômicos que daria a cidade de Florianópolis à afirmação como capital do Estado.

Entre as principais melhorias destaca-se a implantação das redes de energia elétrica e água e, principalmente, a construção da ponte Hercílio Luz em 1926, em 1930 é instalada a primeira linha de ônibus. O tempo de deslocamento passa a ser fundamental para a ocupação de outras áreas além do centro urbano da cidade.

Como destaca BEZERRA (2002, p.45),

A abertura dos grandes eixos viários, vai acelerar o crescimento da área urbana de Florianópolis e alterar o gradiente da renda fundiária urbana. Proliferam-se os loteamentos tanto na porção continental quanto insular da cidade, intensificando a pressão imobiliária e exigindo do poder público uma redefinição funcional da área central.

O Estado aparece novamente como impulsor do desenvolvimento da cidade, com a instalação, nos anos 60 e 70, da Universidade Federal de Santa Catarina e da construção do acesso do centro à universidade, expandindo o crescimento da cidade para a região da Trindade. É neste período ainda que é construída a BR-101 a BR-470, tornando o acesso a Florianópolis melhor. Outro fator importante para o crescimento imobiliário da cidade é a criação do Banco Nacional de habitação.

Destaca-se, também, para o crescimento populacional da cidade a construção da Ponte Colombo Sales e dos aterros das Baías Norte e Sul nos anos 70 do século passado, impulsionando ainda mais o crescimento e a valorização da área central. É nesta década que se instalam em Florianópolis diversos órgãos públicos (TELESC, UDESC, ELETROSUL, CELESC) descentralizando o desenvolvimento para as regiões da Trindade Pantanal e Itacorubi até então áreas rurais da cidade.

Hoje, a sua área territorial, compreende 436,50 km<sup>2</sup>, sendo 424,40 km<sup>2</sup>, referentes à Ilha de Santa Catarina e a área continental com 12,10 km<sup>2</sup> e com uma população de 342.315 mil habitantes. Fazem parte do município de Florianópolis os seguintes Distritos Administrativos: Sede, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratones, Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa, São João do Rio Vermelho, Campeche e Barra da Lagoa, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho e Cachoeira do Bom Jesus.

Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços, indústria de transformação e turismo. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vêm se tornando também setores de grande desenvolvimento.

Porém, a saturação urbana da área central e arredores fez explodir o preço da terra, fazendo com que as famílias que chegam a cidade busquem novas alternativas de moradias. Este processo histórico do desenvolvimento da cidade começa a atingir cada vez mais áreas distantes da região central.

A expansão urbana se alastra de maneira indiscriminada por todas as regiões da ilha. Aportando também no distrito de São João do Rio Vermelho onde, apesar da distancia da área central, ainda fornece um clima de bucolismo e preço de terras atraentes para quem busca em Florianópolis, Tranqüilidade e meio de vida.



Ilustração 1: Expansão urbana  
Fonte: Foto tirada pelo autor

É nesta perspectiva que vamos estudar a ocupação do Distrito de São João do Rio Vermelho. Não somente como Fruto do Turismo, mas pelo fato de ali se encontrar terras baratas, ainda que de forma ilegal. Trataremos o problema como fruto da situação

caótica que enfrenta o País, com a agudização das crises de desemprego e avanço da violência nas grandes cidades, provocando o êxodo para médias cidades brasileiras. Este, a nosso juízo, é o caso de Florianópolis, que se vê gradativamente ocupado e expandindo para todos os recantos da ilha.

## **2.2. O ESPAÇO URBANO DO RIO VERMELHO COMO OBJETO DE ESTUDO**

### **2.2.1. A PRIMEIRA VISTA**



Ilustração 2: Vista parcial  
Fonte: Foto tirada pelo autor

Do alto do morro da Praia Mole, observando ao longe a pequena planície costeira que margeia a lagoa da Conceição e a praia do Moçambique, é que tenho a primeira visão de São João do Rio Vermelho. Fico estonteado com tanta beleza, de um ritual de cores azuis e verde oliva. Desço o morro como quem desliza os olhos sobre a tela de um magistral pintor, sigo em frente pela rodovia João Gualberto Soares, e entro na própria tela, primeiramente sinto-me percorrendo por sete quilômetros de mata, a sombra



perseguidora de eucaliptos, pinos e árvores nativas, ouço ao lado o som de pássaros (Gavião-carijó o Quero-quero o Canário da telha), e de pequenos animais como gambás e tatus que vez ou outra riscam a rodovia, numa disputa de vida ou morte com os automóveis que por ali circulam. Logo em frente vejo a tradicional placa de sejam bem vindos, estamos no Rio Vermelho. Do lado direito está a estrada que dá acesso a praia, mas por enquanto meu caminho é outro. Paro, observo as águas calmas do rio de tom avermelhado que dá nome ao pequeno lugarejo, ainda nele brincam pequenos peixes (carás e lambaris). A vila começa a descortinar-se por trás de cada curva, meus passos seguintes é acompanhada pela visão maravilhosa da lagoa e pelos imponentes morros (Macacos e Saquinho) que dão uma beleza toda própria ao lugar. Sinto um cheiro todo especial de um dos pratos típicos da região (peixe frito e pirão d'água) a água me vem à boca, e olho as simpáticas casas e seus moradores que um por um correm a janela e vão me dando bom dia, boa tarde. Sinto-me em casa, e verdadeiramente estou. Logo aparecem diversas armazéns e botecos, ali me informo sobre as notícias sociais da comunidade (do tipo: quem fugiu com quem). Passo os olhos sobre as feridas abertas no que outrora fora campos de lavoura, e sinto que por aqui as coisas estão mudando, é tanta casa tanta gente com sotaques e jeitos diferentes que penso estar numa torre de Babel, de “ói-ó” passo a ouvir “Mas ba Tchê” (ou paulistas, cariocas, mineiros, paranaenses etc.). São casas boas, casas coloridas ou de pau a pique, são pessoas são vidas a serem vividas nas terras deste distante lugar. Ops. Mas o que é distância neste mundo dito tecnológico, temos avião temos computador a Internet, tudo ficou menor. Aguardo ansioso a chegada da igreja que de tom sereno e aspecto respeitoso nos da clareza que aqui é também lugar antigo, de outros povos também vividos que de distantes terras aqui chegaram. Tão entusiasmado os historiadores vem depressa me contar em seus livros empoeirados e cheios de saberes, foi de Madeira, foi de Açores, ou da África que eles para aqui vieram, antes também habitavam índios carijós, mas que como tantos que por aqui moraram não se sabem onde foram parar.

Sigo em direção as terras do Muquem onde o Sr. Evaristo, sujeito calmo e nativo me explica “é estrada sem fim por isto Muquem”. Quer me mostrar seu modo de vida e isto ele acha que convém, apresenta-me sua família, a casa de seu padrinho um sujeito bem velhinho que nunca quis casar ninguém, “óia meu fio aqui nós prantava de tudo, era cana-de-açucrí lá no arto do morro, e por este campo afora era mandioca para

engenho de farinha que por aqui tinha mais de trinta, criava-se umas avizinhas e tinha umas cabeças de gado”. Sr. Evaristo lhe interrompe. “Você tem medo de assombração? Aqui no morro do muquem já apareceu a mulhé de branco, a mula sem cabeça, a criança que chora e o boi que mugi . Hoje em dia já não se vê mais não, só lobisomem.” O que seu padrinho imediatamente retrucou “ é tem mesmo”.

Despeço-me da família e sigo em frente à trilha que me leva a rua do travessão, esta rua é paralela a principal (João Gualberto Soares), porém é feita de pó. Aqui vejo muitas ruas estreitas por onde nem caminhão de lixo passa. É terra de muitos cavalos visto que muitos aras por aqui existem. A coruja de hábito noturna, meio perdida me observa com seu olhar desconfiado, diversos canários da terra cantarolam, e um vira lata meio franzino parece querer me mostrar as ruas que me levam para o mar, vou por ela observando o que há para contar, aqui o que observo é muitas casas sem luz sem água, tristes de dar dó, “tá difícil dotô” me diz uma senhora, deste jeito vou embora não tem condições de morar. Chego nos combros que antecede o mar, é areia branca, é mata verde, é mar azul. Descanso da longa jornada tomando um banho nas águas geladas do mar deste lugar.



Ilustração 3: Sr. Evaristo e seu padrinho - contando estórias

Fonte: Foto tirada pelo autor

#### 2.2.2. LOCALIZANDO O DISTRITO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO

O distrito de São João de Rio Vermelho localiza-se a nordeste da ilha de Santa Catarina e a aproximadamente 35 Km do distrito sede, ocupa um espaço territorial de 31,68 Km (fazem parte dele as seguintes localidades: Moçambique, Parque Florestal e a própria sede do Distrito São João do Rio Vermelho. Limita-se ao sul pelo distrito da Lagoa, ao norte com o distrito de Ingleses ao Leste com o Oceano Atlântico e ao oeste com Ratones e Cachoeira do Bom Jesus).

DISTRITOS DO MUNICIPIO DE FLORIANOPOLIS

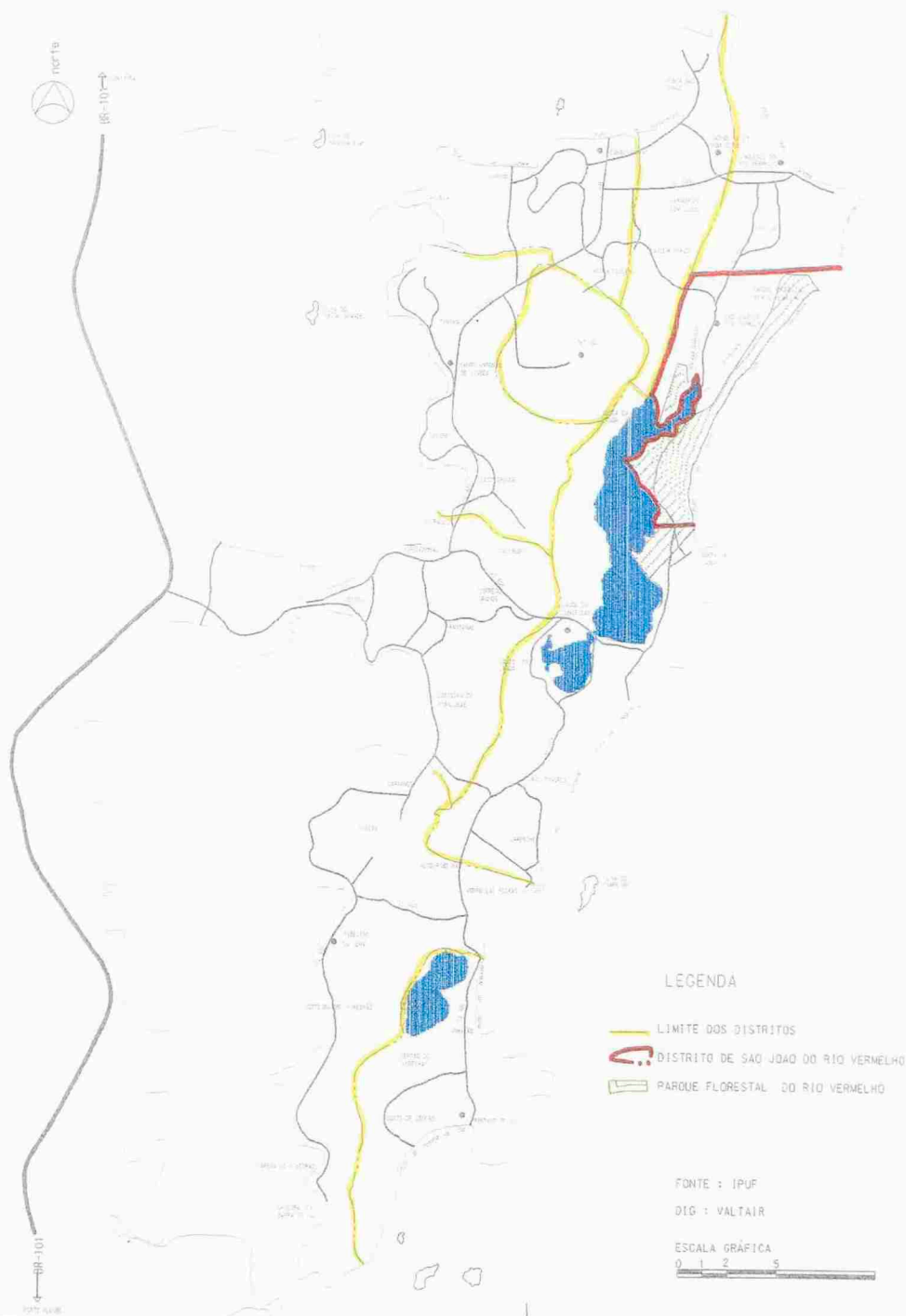


Ilustração 4: Localização do Distrito de São João do Rio Vermelho (destaque em vermelho)  
Fonte: Elisa Neli Rehn Demétrio (monografia)

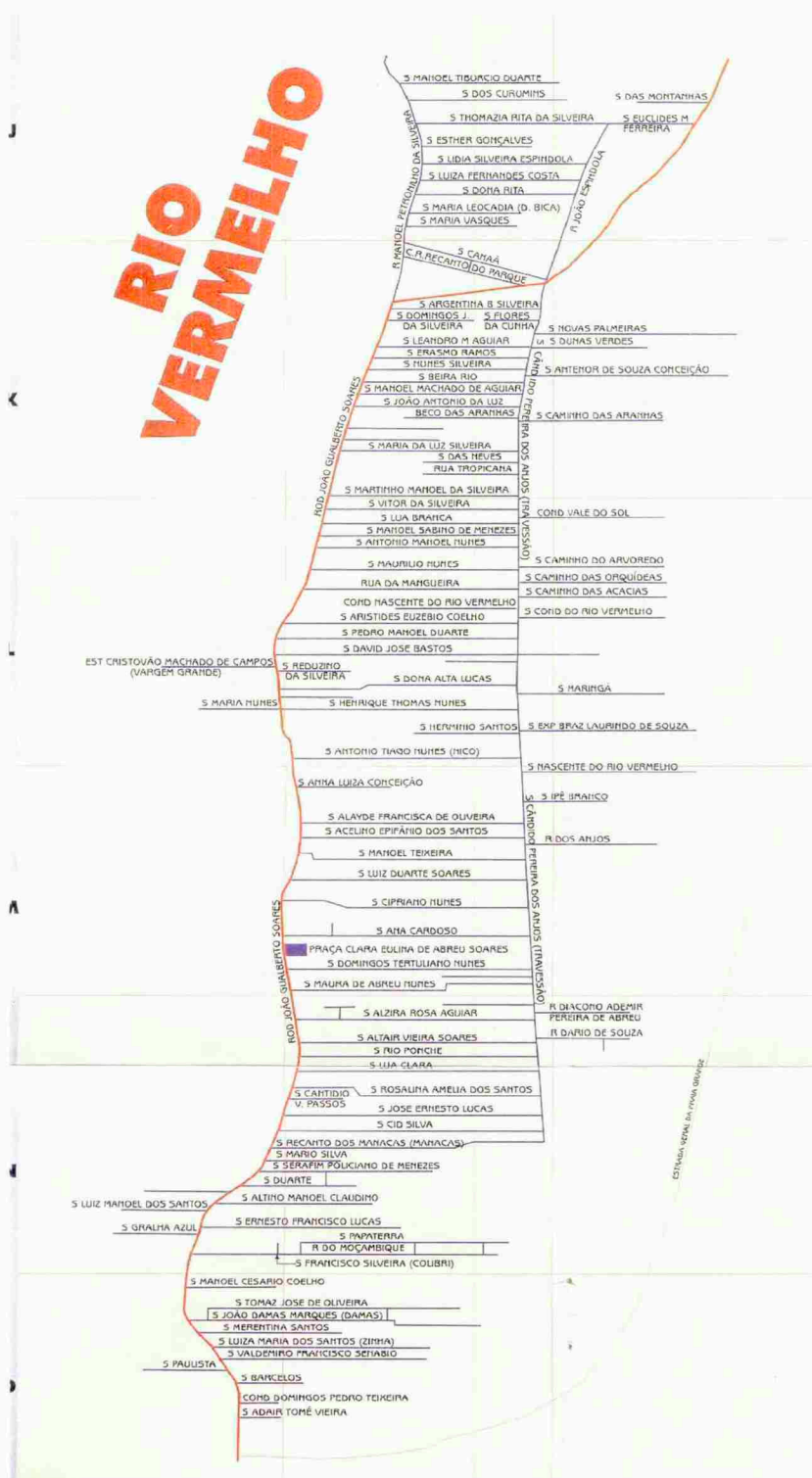


Ilustração 5: Sistema viário

Fonte: Guia Comercial Norte da Ilha



### 2.2.3. ASPECTOS HISTÓRICOS

O distrito de São João de Rio Vermelho originou-se a partir da resolução régia de 11/08/1831. Inicialmente a região era habitada por índios Patos ou Carijós, como se pode confirmar por explorações arqueológicas feitas na localidade e pela presença de sambaquis na região. Vasos e outros artefatos cerâmicos encontrados nestas explorações se encontram em exposição no museu de antropologia da UFSC.

A colonização de origem açoriana se deu no século XVIII, e a igreja, que fica na praça central do distrito erguida em 1756 é a quarta mais antiga de Florianópolis.



Ilustração 6: Igreja católica - central

Fonte: Foto tirada pelo autor

Segundo Lupi e Lupi (1987, p. 18)

A princípio o processo de ocupação deu-se possivelmente a partir do estabelecimento de núcleos de colonização na Lagoa da Conceição daí rumaram em direção as áreas mais altas localizadas na parte sul do distrito de São João do Rio Vermelho e seguindo para o norte, em direção aos Ingleses.

A população desenvolveu-se de maneira rápida visto que era comum em comunidades agrícolas o grande número de filhos por família. Sobreviviam basicamente da agricultura de subsistência, sendo o principal produto o cultivo da mandioca, plantava-se também cana para a fabricação de melado e açúcar, (chegou a existir na região até cinco engenhos de açúcar e 32 engenhos de farinha), além de amendoim feijão e café.

Para complementar a alimentação da família os agricultores lançavam-se à pesca da tainha, ocorrida nos meses de maio e junho, catavam também marisco, siri e camarão.

A Moradia: Os locais de moradia destes primeiros moradores eram construídos de maneira muito rudimentar, as paredes eram feitas de taipa, ou pau-a-pique e barro e cobertas com palhas, as janelas e portas eram feitas de madeira e internamente não possuíam muitas divisões.

Lupi e Lupi (1987, p. 25) descrevem a maneira de fabricação destas casas.

Primeiro se faziam às paredes de pau-a-pique, com longos fueiros cortados no mato, ou taquaras que abundavam junto aos rios, fileiras horizontais se entrelaçavam nas verticais, fincadas no solo; sobre esta trama aplicava-se o barro: uma pessoa de cada lado da parede pegava uma porção de barro e jogava contra os paus e taquaras, e do outro lado à outra pessoa aparava com as duas mãos para que o barro não espirasse para fora; o outro tomava então por sua vez uma porção de barro e jogava-o na parede até que toda a casa estivesse com as paredes forradas, ou barreadas; fazia-se no alto das paredes uma armação de esteios para receber a cobertura, de ervas da lagoa, em pequenos molhos, e os molhos entalavam-se entre duas canas, um do lado do outro, fazendo uma fileira, começando mais em baixo junto à junção com a parede, e iam subindo novas fileiras cada uma cobrindo aos poucos a inferior, até ao alto da cobertura da casa.

As casas eram feitas em regime de mutirão, eram convidados para isto, vizinhos e parentes, os trabalhos era realizado ao sabor de aguardente e de muita prosa, sendo recompensado pela troca de favores quando os companheiros necessitassem do serviço.

O tamanho da moradia era pequena, do tipo sala cozinha e no máximo dois quartos. As residências tinham pequenos anexos para as necessidades, porém era comum a

utilização do mato, que todas as casas tinham entre a residência e a lavoura. (LUPI e LUPI, 1987, p. 24).



Ilustração 7: Casa antiga - estilo construção açoriano

Fonte: Foto tirada pelo autor

Tamanho dos Lotes: Com relação ao tamanho dos lotes. Segundo entrevistas com moradores antigos do local, iam da vertente do morro até o travessão, algumas famílias possuíam áreas maiores que o de outras famílias.

Esta situação é descrita por Lupi e Lupi (1987, p. 45)

Ao lado de pequenos proprietários rurais, com áreas insuficientes, para de elas tirar talvez o essencial à manutenção da própria família, estabeleceram-se alguns senhores latifundiários, sob o pretexto de que maiores porções de terras exigiam a criação de seus gados.

Já Oliveira (1992) destaca o papel da coroa portuguesa na intenção de povoamento da ilha de Santa Catarina, colocado como de proteção ao território, instalando-se pequenas propriedades rurais e com características de formação de núcleos

populacionais organizados em torno da igreja. Diferentemente do caso de ocupação do Brasil colonial onde imperava os grandes latifúndios.

Havia também em toda a ilha áreas destinadas a logradouros públicos, ou terras comunais, onde os agricultores levavam seus gados para a pastagem ou retiravam madeiras para a construção de seus lares. Em São João do Rio Vermelho estas áreas localizavam onde hoje se encontra o parque florestal.

O crescimento populacional, decorrente da numerosa estrutura familiar comum à época, somada aos casamentos de seus filhos, constituindo novas famílias, certamente acarretou uma divisão ainda maior na ocupação destes solos, fazendo aumentar a necessidade de busca de novas formas de sustentação das famílias.

O Isolamento: O distrito de Rio Vermelho manteve-se durante toda sua história praticamente isolado do município de Florianópolis. Parte desta situação deu-se em virtude da grande distância em que se encontra e pela situação precária das estradas da época, fato este que manteve até bem pouco tempo atrás na localidade, o mesmo modo de vida de seus antepassados, sem influência cultural do mundo de fora, visto que lá, por ser cercado pela cadeia de morros, e como dizem seus moradores, “nem televisão sem auxílio de parabólica pega”.

Para ir à cidade vender seus excedentes agrícolas as pessoas se deslocavam até a Freguesia da Lagoa e daí até a cidade. Para isto utilizavam duas vias naturais existentes na região: a Praia e a Lagoa. Existiam outros dois caminhos, um que levava ao Distrito dos Ingleses e outro que subia o morro e descia na Vargem Pequena, muito utilizada quando ali existiam olarias, mas que fora abandonado por quase vinte anos após estas deixarem de existir (LUPI e LUPI, 1987, p. 35).

Em 1968, por ordem do prefeito Dr. Acácio Santiago ao então intendente Sr. Jucemar, abriu-se uma picada na mata ligando o distrito de Rio Vermelho ao antigo Posto de Monta. Estava assim, feita a primeira ligação Ingleses com o de Conceição da Lagoa, através de Rio Vermelho.

Sr. José Duarte (Querido), nativo do local, com 73 anos de idade, relembra aqueles tempos. “Largamos o serviço na roça e fomos trabalhar como mão-de-obra contratada para a abertura da estrada. Muitos moradores daqui trabalharam lá, também



trouxeram presos do presídio de Canasvieiras, eu me dava muito bem com eles, eram pessoas boas. Frequentemente ocorriam picadas de cobras, mas compensava trabalhar lá”.

A melhora no acesso a cidade e a instalação de diversos órgãos públicos a partir de meados da década de 60 (TELESC, UDESC, ELETROSUL, CELESC, UFSC) fez com que muitos moradores do Rio Vermelho fossem trabalhar nestes órgãos. Muitos deles venderam suas terras e mudaram-se de lugar.

Em 1967 reinstalou-se no Rio Vermelho a linha de ônibus, interrompida há vinte anos por falta de passageiros. Antes era comum para deslocamento o uso de cavalos, carroças, barcos e até a pé. Atualmente o Rio Vermelho é servido pelo sistema integrado de transporte com diversos horários por dia, levando-se em média 70 minutos para se deslocar até o centro de Florianópolis. O trajeto é feito de duas maneiras: uma pegando o ônibus que vai até o TICAN (Transporte Integrado de Canasvieiras) e de lá até ao centro contornando o norte da ilha; a outra maneira é pegando o ônibus que vai até ao terminal da Lagoa da Conceição, porém esta opção conta com menos horários.

A reclamação com relação ao atendimento do transporte coletivo urbano é uma frequência, e quase unanimidade entre os usuários. As queixas vão das péssimas condições do veículo à falta de horários e principalmente o valor cobrado pela passagem (atualmente R\$ 2,60). “Gasta-se mensalmente para trabalhar no centro da cidade, somente com ônibus, R\$ 130,00. Se for contar a alimentação a R\$ 5,00 por dia, gasta-se mais R\$ 150, 00. Isto sem falar no vestuário. Com o salário mínimo a R\$ 260,00, praticamente paga-se para trabalhar”. Esta é a opinião de um entrevistado no terminal de ônibus do TICAN.

A Rodovia João Gualberto Soares foi asfaltada em 1985, dando novo impulso ao crescimento do distrito e a conseqüente valorização das terras. É a partir deste momento que passa a existir com mais ênfase a venda de terras e a abertura de diversos loteamentos na região, tornando a população local em menor número com relação às pessoas que por aqui vieram recentemente (os de fora).

#### 2.2.4. PLANO DIRETOR ESPAÇO DE CONFLITOS E DE INTERESSES

Rio Vermelho conta hoje com uma população de aproximadamente 10.000 habitantes, segundo cálculos da intendência. Localizado no município de Florianópolis e ao

nordeste da Ilha de Santa Catarina, sua economia fora baseada historicamente até a década de setenta na agricultura de subsistência, e a partir daí, passou a se integrar no sistema de produção de Florianópolis, ou seja: Comércio, serviços, turismo e setor público. O grande aumento populacional e a falta de estrutura adequada à qual está submetida esta população, trazendo sérios riscos a sua saúde e ao meio ambiente local é a principal preocupação deste trabalho.

TABELA 2- Taxa Média de Crescimento Populacional no Distrito do Rio Vermelho – 1991/2004

ANOS	1991	1996	%	2000	%	2004	%	% TOTAL
RURAL	779	987	26,70	1.220	23,60			
URBANA	1.085	1.399	28,94	5.571	298,21			
TOTAL	1.864	2.386	28,00	6.791	184,61	10.000*	47,25	436,48

Fonte: Censo IBGE 1991,1996 e 2000.

\* Estimativa da intendência.

Como se pode observar pelo quadro acima, a população do Distrito de São João do Rio Vermelho pulou de 1.864 (1991) para 10.000 habitantes (2004), resultando em um índice de 436,48% em apenas treze anos.



Ilustração 8: Tempo de moradia  
Fonte: Própria

O crescimento vertiginoso, desordenado e sem qualquer tipo de planejamento, tem sido uma das principais preocupações encontradas nas entrevistas realizadas com moradores de São João do Rio Vermelho. A proliferação de construções e a demanda por espaço físico aliados a interesses pessoais, têm comprometido o equilíbrio ecológico da localidade, reduzindo de maneira considerável as áreas verdes e as áreas rurais demarcadas pelo plano diretor vigente na cidade de Florianópolis e que consta no mapa de zoneamento de outubro de 1997.

Esta contínua degradação do meio ambiente dado pelo aumento significativo da população fez com que a prefeitura municipal de Florianópolis atendendo a sentença da juíza da 4ª Região do Tribunal Regional Federal, Lúiza Dias Cassales, tomasse providências para conter o crescimento populacional. Neste sentido em junho de 2001 foi firmado um protocolo entre a prefeitura a CASAN e a CELESC não permitindo mais a ligação de água e energia elétrica em loteamentos irregulares e em Áreas de Preservação Permanente (APP), desde então segundo a prefeitura, cerca de quinhentas famílias estão sem o fornecimento destes serviços somente na localidade de São João do Rio Vermelho.



Ilustração 9: Evite problemas  
Fonte: Foto tirada pelo autor

O Distrito de São João do Rio Vermelho não possui um Plano Diretor específico, como já está sendo discutido em outros locais da cidade, e segue as normas do IPUF para zoneamento das áreas de balneários da ilha. Enquanto isto sofre adaptações à legislação conforme alguns interesses e apadrinhamentos políticos exclusivos, enquanto por outro lado reprime o crescimento urbano com proibições a classes sociais menos favorecidas, deixando de fornecer-lhes o essencial para suas moradias, como é o caso da instalação de água e energia elétrica.

Esta situação descrita acima teve como consequência imediata o freamento do crescimento populacional, enquanto no período 1996/2000 a população aumentou 184,61%, no período seguinte, 2000/2004, este aumento reduziu para 47,25%. O que ainda representa números impressionantes.

Fica muito claro, nas manifestações espontâneas dos entrevistados, que o que se quer, é uma legislação bem definida, e que não sirva a interesses políticos de ninguém, e que seja concedido a todos o direito a cidade. É necessário, portanto, que se faça



imediatamente um Plano Diretor específico para a localidade, discutindo com a comunidade todos os fatores que possam torná-la habitável futuramente.

Convém lembrar que em nível federal foi criada a Lei 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, sendo um conjunto de instrumentos legais com a finalidade de garantir um bom planejamento urbano e cidades com qualidade de vida. Para isso, estabelece a exigência de um Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

A Constituição do Estado de Santa Catarina, aprovada em 1989, refere-se ao planejamento urbano nas seguintes formas:

“Art. 140 - A política municipal de desenvolvimento urbano atenderá ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes, na forma da lei”.

Parágrafo Único – “O Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbanas”.

#### 2.2.4.1 – Plano Diretor de Florianópolis:

A cidade obedece a Legislação Urbanística do Estado de Santa Catarina que divide os municípios em dois grupos: aqueles com até 10.000 habitantes na área urbana e os mais de 10.000 habitantes na área da sede. Como Florianópolis tem mais de 10.000 habitantes, ela está no segundo grupo e sua Legislação envolve as seguintes leis, conforme a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Santa Catarina, 1998:

- 1) Lei do Plano ou Plano Diretor: Lei que institucionaliza o Plano Físico-Territorial e fixa os objetivos, as diretrizes e as estratégias do desenvolvimento do município;
- 2) Lei do Perímetro Urbano: Define a zona considerada urbana para fins de tributação, planejamento e controle urbanístico;

- 3) Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano: define como um conjunto de normas destinadas a fixar o uso dos terrenos e edificações, como meio de promover a distribuição racional das populações;
- 4) Lei de Parcelamento do Solo Urbano: regula o loteamento e o desmembramento de lotes em áreas urbanas;
- 5) Código de Obras: é o dispositivo legal que define e regulamenta todas as construções, reformas, ampliações ou demolições das edificações, objetivando a segurança, higiene, salubridade e conforto.
- 6) Código de Posturas: contém medidas de polícia administrativa, a cargo do Município, em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos, institui normas industriais, comerciais e prestadoras de serviços, visando disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem-estar geral.

A legislação para uso e a ocupação do solo em Florianópolis é a da Lei Municipal nº 1440/76, que abrange a área central (insular) e continental do Município. Em 1977, foi criado o IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis), com o propósito inicial de elaborar as diretrizes de desenvolvimento para o aglomerado urbano da cidade. Em decorrência de decisões de caráter político-administrativas foi desenvolvido e aprovado em um Plano Diretor para o bairro da Trindade e adjacências, através da Lei Municipal nº 1851/82. E em virtude da vocação turística do Município, foi aprovada a Lei Municipal nº 2193/85, conhecida como o Plano Diretor dos Balneários:

- Lei municipal nº 1440/76. Abrange as áreas central e continental;
- Lei municipal nº 1851/82. Abrange as áreas da Trindade e adjacências;
- Lei municipal nº 2193/85. Abrange as áreas dos balneários.

O novo Plano Diretor sob Lei Complementar no 001/97 apresenta as seguintes diretrizes:

- Impedir a ocupação urbana em áreas que, por sua paisagem, seus recursos naturais, pela salvaguarda do equilíbrio ecológico e por sua instabilidade ou insalubridade, foram considerados pela legislação Federal e Estadual como áreas de preservação;
- Manter e criar referenciais urbanos com ênfase nos valores históricos, culturais e paisagísticos da cidade;

- Garantir os espaços necessários para a implantação do sistema estrutural de vias de circulação urbana;
- Manter a identidade urbana das áreas residenciais homogêneas, assegurando espaços para as diversas classes sociais;
- Recuperar e ampliar os espaços exclusivos de circulação de pedestres;
- Assegurar melhores e maiores espaços destinados ao lazer;
- Garantir espaços para as atividades produtivas, com especial enfoque nos setores de comércio/serviços, administração pública, turismo e “alta tecnologia”;
- Descentralizar as atividades geradoras de emprego, fortalecendo e criando centros de bairro;
- Reforçar a vocação sócio-econômica dos setores continental e insular de Florianópolis;
- Incentivar a melhoria da infra-estrutura turística da cidade;
- Criar mecanismos que permitam a participação da comunidade no planejamento.

Portanto o Plano Diretor é um instrumento da legislação urbana que determina as diretrizes do planejamento objetivando o desenvolvimento econômico, social e urbano do Município. A localidade do Rio Vermelho por ter tido seu crescimento de maneira completamente desordenado, sofre as consequências da não aplicação das diretrizes previstas no Plano Diretor de 1997.

#### 2.2.4.2. Macro Zoneamento do Espaço do Distrito de São João do Rio Vermelho:

O Distrito do Rio Vermelho está incluído no Plano Diretor dos balneários aprovado pela Lei nº 2.193 de 1985, que dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação de solo dos balneários da Ilha. E é dividido em cinco áreas distintas:

- Áreas de Exploração Rural (A.E. R);
- Áreas de Preservação com Uso Limitado (A.P.L.);

- Áreas de Preservação Permanente (A.P.P.);
- Áreas Mistas Rurais (A.M. R);
- Área Residencial Predominante (A.R. P-O).

Áreas de Exploração Rural (A.E. R): “É formada por espaços não urbanizáveis, destinada à prática de atividades agrícola, pecuária, silvicultura, conservação de recursos naturais e a contenção da cidade”. (lei nº 2193/85)

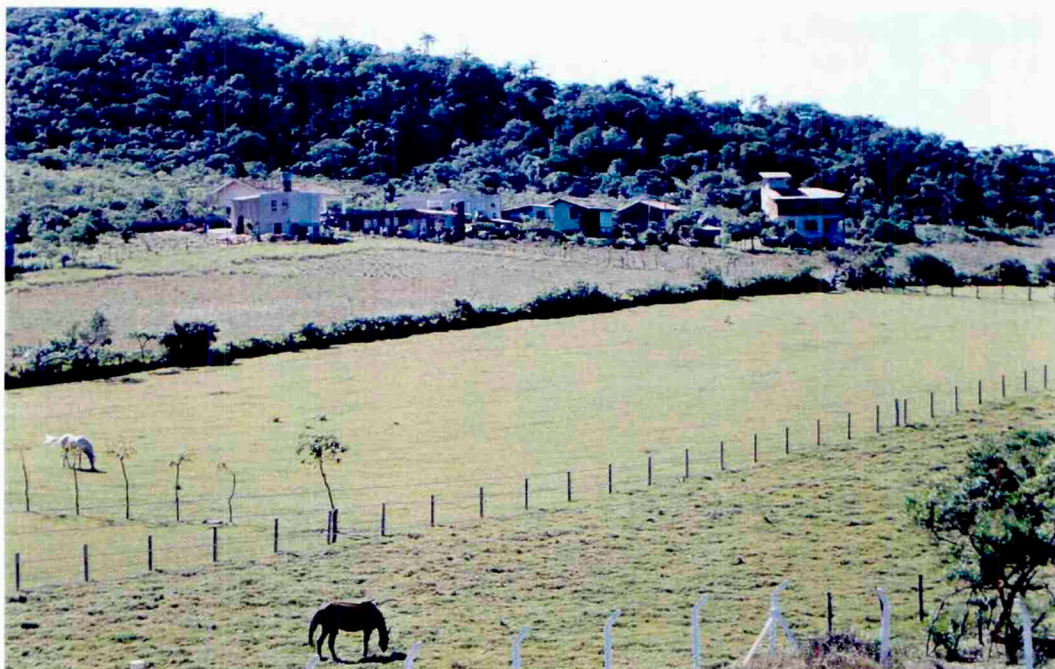


Ilustração 10: Antigos campos de lavoura  
Fonte: Foto tirada pelo autor

Nela são permitidas edificações de uso residencial unifamiliar às atividades rurais, podendo num mesmo terreno ser construída até três residências. Os parcelamentos do solo nas áreas de exploração rural não poderão resultar lotes com dimensões inferiores ao módulo rural para o município, de acordo com a Instrução nº 14/78 do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Em São João do Rio Vermelho só poderá haver parcelamento da área rural para a transformação de sítios se atender as exigências da Instrução nº 17-B do INCRA. Portanto, os lotes não podem ter menos de cinco mil metros quadrados, as ruas deverão ser de doze



metros e ter aprovação do projeto junto a órgãos competentes. Excetua-se para este caso a obrigatoriedade de pavimentação e implantação de redes de água e esgoto sanitário.

Áreas de Preservação com Uso Limitado (A.P.L.): São aquelas que pelas características de declividade do solo, do tipo de vegetação ou da vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico e da paisagem natural. (Florianópolis, 1985: s.p.).

Áreas de Preservação Permanente (A.P.P.): destinadas à preservação dos recursos e das paisagens naturais, e salva-guarda do equilíbrio ecológico. (Florianópolis, 1985: s.p). Nestas áreas não se admite parcelamento do solo.



Ilustração 11: Parque florestal do Rio Vermelho

Fonte: Foto tirada pelo autor

Segundo Demétrio (1995, p. 26) “As A.P.P, situam-se no Rio Vermelho, no topo e encostas dos morros, que tem uma declividade igual ou superior a 46,6%. No parque Florestal e nas áreas banhadas, no setor leste, junto ao rio Vermelho”. Além destas também são APP as dunas fixa e móveis.

Áreas Mistas Rurais (A.M. R): “são aquelas que concentram as atividades de comércio e serviços complementares a vida rural”. (Florianópolis, 1985: s.p.).



Ilustração: Rodovia João Gualberto Soares  
 Fonte: Fotos tiradas pelo autor

São áreas que permitem o uso do solo na forma urbana tanto para fins residencial, comercial, serviço e outros. O tamanho mínimo de parcelamento do solo é de  $450\text{m}^2$ . No Rio Vermelho compreende uma pequena faixa ao longo da Rodovia SC 406.

Área Residencial Predominante (A.R.P.O.): segundo o Art.150 da Lei 2193/85 “são destinadas a resolver problemas de assentamento de população de baixa renda, assegurando a sua proximidade com as fontes de emprego. As áreas de que trata este artigo, somente poderão ser constituídas, através do parcelamento do solo de interesse social, promovidos ou autorizados pelo poder público, ouvido o órgão de planejamento municipal”. (Florianópolis, 1985: s.p.).



Ilustração 13: Conjunto residencial  
Fonte: Foto tirada pelo autor

Na localidade do Rio Vermelho a Área Residencial Predominante trata-se de uma área de 40.791,70 metros quadrados de propriedade do Sr. João Itamar da Silveira, que conseguiu através da Lei nº 032/98, alteração do zoneamento de Área de Exploração Rural (A.E.R) para Área Residencial Predominante (A.R.P-O).

#### 2.2.5. CONFLITOS DE INTERESSES

Conforme dito anteriormente, embasado no que escreve Corrêa (1993, p.11), “O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado da ação de agentes que produzem e consomem espaço. A ação desses agentes é complexa, atuando na transformação sócio espacial”.





Ilustração 14: Manifestação popular para calçamento do travessão  
Fonte: Foto tirada pelo autor

A situação da criação da Área Residencial Predominante (A.R.P-O), conforme a lei 032/98, na localidade do Rio Vermelho é um bom exemplo, de como estes agentes interagem no meio para que haja alteração do zoneamento conforme o interesse pessoal dos atores com maior influência perante o município.

A área acima descrita destinada à construção de casas populares teve seu projeto aprovado em 01 de junho de 1999 e habite-se expedido em 15 de fevereiro de 2001. Só pode ser constituída segundo o Art.150 da Lei 2193/85 “São destinadas a resolver problemas de assentamento de população de baixa renda, assegurando a sua proximidade com as fontes de emprego. As áreas de que trata este artigo, somente poderão ser constituídos, através do parcelamento do solo de interesse social, promovidos ou autorizados pelo poder público, ouvido o órgão de planejamento municipal”.(Florianópolis, 1985: s.p.).

Sendo uma localidade distante 35 Km do principal centro consumidor de mão-de-obra, e tendo um custo de passagem urbano mensal de R\$ 130,00, como se pode constituir um assentamento de população de baixa renda e de proximidade com fontes de emprego? A que interesse social se beneficia a comunidade, visto que até direitos elementares a eles lhes



são negados, como é o caso da instalação de redes de energia elétrica e água? Como será oferecido o sistema de ensino e de saúde, já que o que são oferecidos atualmente, de longe supre as necessidades da população local?



Ilustração 15: Prédio escolar construído recentemente  
Fonte: Foto tirada pelo autor

#### 2.2.6. OS LOTEAMENTOS

Conforme pesquisa realizada na SUSP (Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos) com relação aos loteamentos e condomínios criados na localidade do Rio Vermelho até o ano de 2003, observou-se que não possuem qualquer registro nos órgãos competentes da Prefeitura Municipal. Nenhum loteamento pesquisado oferecia as condições apontadas pelas Diretrizes da Lei Complementar nº 001/97, sendo na sua grande maioria ruas de três metros de largura, sem calçamento, passeio de pedestre, sem coletores de esgoto, muitos até sem energia elétrica ou mesmo água. Existem casos em que até três ou quatro casas são erguidas no mesmo lote, que por sinal variam em seus tamanhos, de 300 a 450 metros quadrados. Esse fato projeta para o futuro um caos no sistema viário da

localidade, pois os loteamentos apresentam-se em sua disposição no sentido oeste/ leste, ou seja, iniciam na Rodovia João Gualberto Soares e terminam a quase dois mil metros na rua do Travessão ou às margens do Rio Vermelho, o que obriga motoristas muitas vezes retornar do meio do caminho, pois dada a largura das ruas, dois carros não conseguem passar lado a lado. Isso torna esses loteamentos totalmente irregulares. A exceção fica para a criação da Área Residencial Predominante. Trata-se de uma área de 40.791,70 metros quadrados de propriedade do Sr. João Itamar da Silveira, que conseguiu através da Lei nº 032/98, alteração do Zoneamento de Área de Exploração Rural (A.E.R) para Área Residencial Predominante (A.R.P-O), onde foram construídas cerca de 150 casas populares com toda a infra-estrutura necessária, ou seja: rua calçada, áreas destinadas ao lazer, creche etc.. E após esta data, onde foi alterado provisoriamente o zoneamento da região conforme trataremos mais a frente, surgiu um loteamento aprovado pela Prefeitura em 15 de outubro de 2003, pela inscrição nº 51758, pasta: 307, de propriedade do Sr. Dilmon Isaac da Costa, seguindo as diretrizes apontadas pelo novo Plano Diretor sob a Lei Complementar nº 001/97



Ilustração 16: Rua estreita  
Fonte: Foto tirada pelo autor



### 2.2.7. A QUESTÃO DA PROIBIÇÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA

A proliferação de loteamentos irregulares e o crescimento descontrolado da população fizeram com que a Prefeitura Municipal de Florianópolis atendendo a sentença da juíza da 4ª Região do Tribunal Regional Federal, Luíza Dias Cassales, firmasse em junho de 2001 um protocolo com a CASAN e a CELESC não permitindo mais a ligação de água e energia elétrica em loteamentos irregulares e em Áreas de Preservação Permanente (APP). Desde então, segundo a Prefeitura, cerca de 500 famílias estão sem o fornecimento destes serviços somente na localidade de São João do Rio Vermelho.



Ilustração: Casa sem energia elétrica

Fonte: Foto tirada pelo autor

Diante da proibição da Prefeitura em realizar a ligação de água e energia elétrica nas residências que se localizam em loteamentos irregulares e em Áreas de Preservação Permanente (APP), a comunidade do Rio Vermelho viu-se em situação de desespero, visto que muitas casas já construídas ficaram sem receber estes benefícios. A pressão que foi exercida passou a ser muito grande, pois se tratavam de pessoas de baixa renda, que procuraram esta localidade principalmente pelo preço dos terrenos ali oferecidos. Como consta em pesquisa feita à comunidade através da pergunta: qual o motivo que o fez vir morar no Distrito de São João do Rio Vermelho?

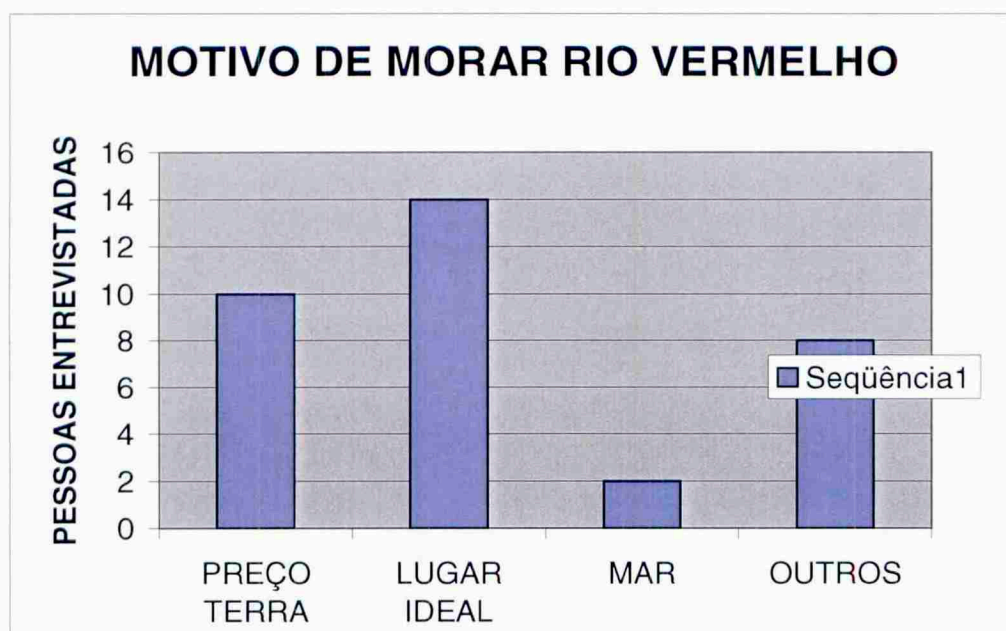


Ilustração: Motivo de morar no Rio Vermelho

Fonte: Própria

O caso ganhou espaço nos principais meios de comunicação e a comunidade organizada fez com que a Prefeitura recuasse e buscasse alternativas para solução do impasse. Desta maneira, em 22 de outubro de 2002, designou uma comissão especial para diagnóstico e estudo dos procedimentos a serem adotados com relação à ligação de água e energia elétrica através do Decreto nº 1641/2002. Esta comissão era formada por representantes da Procuradoria Geral, SUSP e FLORAM. Após análise da situação e diversas sugestões feitas pela comissão, a Prefeitura enviou à Câmara de Vereadores o

Projeto de Lei nº 437/2003, que alterava o artigo 11 da Lei Complementar nº 060/2000. Depois de ampla discussão na Câmara o Projeto de Lei foi sancionado em 06 de maio de 2003, conforme o que constam os artigos:

Art. 1º - Fica incluído inciso IV ao art. 11 da Lei Complementar nº 060/2000.

IV – Declaração de posse do imóvel, com as características do mesmo.

Art. 2º - Para aprovação de projeto e ou construção de residências unifamiliar, o imóvel deve atender o seguinte:

Consulta de viabilidade favorável;

Cópia do IPTU em nome do requerente;

Projeto arquitetônico para edificação residencial unifamiliar com mais de 70,00m<sup>2</sup>;

O imóvel estar servido por via pública com denominação oficial.

Art. 3º - O município promoverá o controle urbanístico da posse que considerará na aprovação de loteamento, condomínio e desmembramento de acordo com as normas urbanísticas estabelecidas pelo plano diretor, condicionadas à apresentação de parecer ambiental favorável emitido pelo órgão ambiental municipal.

Art. 4º - Fica vedado a abertura de inscrições imobiliárias de parcelamento que não estejam aprovados pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º - Enquanto não forem elaborados planos específicos de rezoneamento, as Áreas de Exploração Rural (AER) remanescentes no interior das Zonas Urbanas dos Distritos de Florianópolis serão zoneadas como Áreas Residenciais Exclusivas – 5 (ARE- 5).

§1º - Os limites das zonas urbanas a que se refere este artigo são os constantes no anexo I da Lei Complementar nº 040/99

§2º - Excetua-se do disposto no “caput” deste artigo as Áreas de Exploração Rural (AER) situadas ao longo de vias arteriais, numa profundidade de 100,00m (cem metros).

§3º - Os parcelamentos do solo nessas zonas seguirão as normas da Lei Complementar nº 001/97.

O interessante aqui é observar, em primeiro lugar, a decisão da Prefeitura Municipal embasada em uma sentença federal, em conter o avanço das ocupações irregulares. Num segundo momento, a comunidade pressiona a Prefeitura a tomar medidas que contemplem a realidade social da própria comunidade, e em terceiro lugar a maneira paliativa com que age a Prefeitura, quando diz, através do Art. 5º, “- Enquanto não forem elaborados planos



específicos de rezonamento, as Áreas de Exploração Rural (AER) remanescentes no interior das Zonas Urbanas dos Distritos de Florianópolis serão zoneadas como Áreas Residenciais Exclusivas – 5 (ARE- 5). Novamente não se faz um estudo aprofundado das reais necessidades da comunidade, muito menos se discute com ela, nem como esta ocupação ira afetar o meio ambiente”.

A situação da ocupação indiscriminada na região é denunciada pelo engenheiro sanitaria Grover Alvarado, coordenador de projetos da Casan, em entrevista ao repórter Celso Martins, publicada no jornal AN Capital, em 24 de março de 2002. “O manancial subterrâneo que abastece quase toda a população do Norte da Ilha está ameaçado por loteamentos com edificações nas áreas onde esse aquífero se renova... cinco mil moradores nas imediações do Rio Vermelho e do Ribeirão Gualberto estão lançando seus esgotos no curso e que vão acabar dentro da Lagoa da Conceição... vamos perder todo aquífero”.



Ilustração 19: Mutirão para construção de ponte sobre o Rio Vermelho  
Fonte: Foto tirada pelo autor

O Aquífero: O Aquífero Ingleses – Rio Vermelho tem uma vazão diária de 29 milhões de litros com um volume total de água estimado em 286.804 bilhões de litros, abastecendo mais de 21 mil residências nas localidades de Ingleses, Santinho, Canasvieiras, Ponta das

Canas, Cachoeira do Bom Jesus, Jurerê, Daniela, Vargem Grande e Rio Vermelho. Esses aquíferos são formações geológicas no subsolo que armazenam água. Eles são abastecidos pelas águas das chuvas que se infiltram no solo através de áreas de recarga. Para isso é preciso que se mantenha o meio ambiente preservado, evitando a impermeabilização dos solos. (Jornal A Notícia, 2004)

Como se pode observar a situação está longe de ser solucionada, a regulamentação das obras até reverteu muitos casos em que as famílias não tinham acesso aos serviços de água e luz, porém, a burocracia exigida pela Prefeitura, a falta de conhecimento dos direitos dos moradores e o alto custo para conseguir legalizar a obra, têm mantido, ainda hoje, mais da metade das pessoas que tinham entrado com o processo de legalização, sem o acesso a estes benefícios.

Ao mesmo tempo em que a Prefeitura mudou o zoneamento do Distrito do Rio Vermelho, possibilitando o surgimento de novos loteamentos, legalizados, é bem verdade, pois possuem a estrutura exigida pelo novo código de postura, (é o caso do loteamento aprovado pela Prefeitura em 15 de outubro de 2003, pela inscrição nº 51758, pasta: 307 de propriedade do Sr. Dilmon Isaac da Costa), mas que agora já estão em um novo patamar de preços no mercado, impossibilitando o acesso de famílias sem poder aquisitivo de comprarem estes lotes. Desta maneira e em breve a situação ficará na mesma, visto que estas pessoas que se dirigiram para o Rio Vermelho procuraram estas terras pelo seu baixo valor de mercado e que, sem ter onde morar, certamente buscarão novos espaços, no tempo em que a fiscalização diminuir e o apadrinhamento político, tão comum por estas terras, começar a aparecer.



Ilustração 20: Loteamento legalizado segundo novo plano diretor  
 Fonte: Foto tirada pelo autor

#### 2.2.8. PERSPECTIVAS FUTURAS

O processo de urbanização que sofre a localidade é irreversível, medidas restritivas podem até atrasar o processo, mas sem uma política adequada de distribuição de renda e geração de emprego na localidade onde originou o processo migratório, estaremos sujeitos ao crescimento vertiginoso das cidades, onde cada vez mais bolsões de pobreza e a criminalidade fazem parte do cotidiano.

Muitos vêm nesta faceta do capitalismo, uma boa oportunidade de negócios, é o caso do pedreiro Luis Carlos Blasius, filho de agricultor saiu de sua terra natal em Ibirama (SC), para trabalhar e constituir família no Rio Vermelho. “Isto aqui vai crescer muito, muitas pessoas vão construir suas casas, vai ter muito trabalho para mim”. E do proprietário do Material de Construção Kaza Nova: “antes eu possuía uma pequena lancheria, e meu pai tinha propriedade de terras no Rio Vermelho, então com a chegada de muitas pessoas novas no local, resolvemos lotear parte de nossas terras, logo observei que era negócio vender algumas ferramentas e alguns materiais para construção, já que não existia nada aqui, e todo material que as pessoas utilizavam para construir suas casas, vinha dos Ingleses ou de



grandes lojas no centro da cidade. O negócio cresceu, e hoje possui duas lojas no distrito, uma na Barra da Lagoa e outra nos Ingleses”.

Porém, não são todos que pensam desta maneira, é o caso do chefe de cozinha e proprietário do bistrô Chez Altamiro, em entrevista realizada em novembro de 1997. “Até os 20 anos eu trabalhava na roça (era nativo), hoje a ocupação desordenada sem qualquer critério de ruas, o baixo preço da terra, a falta de assistência por parte dos governos, fazem criar na localidade verdadeiros bolsões de favelados, a região tem carência de tudo, falta de horários de ônibus, constante queda de luz etc. (...) tomem consciência do que estão fazendo o mais rápido possível”. Ou então do saudosista Gilberto: “as festas eram tradicionais, hoje se tem pouco lazer, não se planta mais, vendemos nossas terras para comprar carro do ano, hoje para trabalharmos temos que nos adaptar a novos costumes e ritmos (...) isto aqui está cheio de casa, corre-corre e muito assalto (...) O progresso é que nem rabo de cavalo – cresce sempre para baixo”.

As opiniões a respeito do futuro do Distrito, por ter sido quase que um crescimento do dia para a noite, tem esquentado as conversas quase que rotineiras entre seus moradores. As opiniões se divergem em algumas situações e em outras encontram unanimidade absoluta. O fato é que está se instalando, principalmente ao longo da Rodovia João Gualberto Soares e da Servidão Cândido Pereira dos Anjos (Travessão), uma diversificada economia, baseada principalmente no pequeno comércio e prestadores de serviço, onde a geração de empregos começa a tomar fôlego, facilitando a vida de seus moradores, que já não precisam mais se deslocar até o centro da cidade para comprar os produtos que estão precisando.



Ilustração: Rua do Travessão  
Fonte: Foto tirada pelo autor

A geração de empregos é importante, mas devemos salientar mais uma vez, que a falta de planejamento pode ter conseqüências catastróficas para o futuro bairro. A falta de água potável é uma preocupação que hoje atinge o mundo inteiro. Os moradores e principalmente as autoridades públicas têm que tomar consciência que somente com políticas públicas adequadas, sendo elas tratamento de esgoto, evitar a impermeabilização do solo principalmente com o asfaltamento de ruas, a proteção da mata ciliar, a manutenção de áreas de Dunas, das encostas dos morros, e principalmente a manutenção do Parque Estadual do Rio Vermelho, com o replantio de matas nativas e frutíferas, fazendo com que a fauna e a flora permaneçam de maneira equilibrada na região e que dessa forma encontre realmente a verdadeira qualidade de vida almejada por todos.

### 3- CONCLUSÃO

Este trabalho analisou exploratoriamente o processo de transformação do espaço do distrito de São João de Rio Vermelho, situado na cidade de Florianópolis. Nota-se ao longo do estudo que a cada instante, o bairro reorganiza-se e assume novas funções derivadas do processo de transformação sócio-econômica engendrada na cidade.

Trata-se de um processo complexo e que vem transformando de forma relevante à paisagem urbana e social desta localidade, outrora pacata área rural, em um bairro densamente povoado, cujo espaço foi ocupado de forma desordenada e , em grande medida, irregular. Tais fatos vêm engendrando problemas sociais, econômicos e ecológicos de diversas ordens e gravidade crescente.

A abertura de novas vias de comunicação ligando o distrito a outras áreas da cidade, a diminuição do tempo de deslocamento entre o local de trabalho e de moradia, aliados a propaganda voltada para a atração de turistas, em particular as articuladas ao turismo ecológico e a atração de migrantes de alta renda. Fundadas no marketing da qualidade de vida, acelerou a exploração imobiliária na localidade, com a abertura de diversos loteamentos residenciais, acelerando o adensamento populacional, criando novas necessidades para atender esta população que passou a residir nestas áreas.

A ocupação das áreas antes, campos de lavouras, áreas de preservação permanente, etc. Tem chamado a atenção das autoridades públicas, que almejam o status de cidade turismo, modelo de qualidade de vida, Desta maneira impôs o não fornecimento de serviços públicos essenciais a vida como é o caso da ligação de água e de energia elétrica, a famílias localizadas em áreas em que o plano diretor vigente não permitisse o seu alastramento urbano.

As pressões que estas populações não atendidas por tais serviços foi muito forte, e fizeram com que a prefeitura recuasse e tentasse novas formas de regulamentar um novo zoneamento para a região. Porém este novo zoneamento proposto de maneira

provisória foi imposto de cima para baixo, sem qualquer debate com a comunidade. Este tipo de implantação de Plano Diretor leva a favorecimentos pessoais, não muito favoráveis a população em geral, sustentando privilégios a políticos tradicionais da região.

A não adequação de um novo plano diretor deliberado e pensado junto a comunidade, leva a sérios riscos, comprometendo o futuro da localidade. É desta maneira que surge a contaminação dos rios da região por resíduos líquidos e sólidos, o assoreamento da lagoa da Conceição, pela retirada das matas ciliares e de encostas, da impermeabilização do solo, através do recapeamento asfáltico das ruas, comprometendo o aquífero Ingleses. Tudo isto vai de encontro ao que foi proposto minimamente pela conferência de Estocolmo em 1972. Portanto não garante as gerações futuras as condições necessárias de desenvolvimento sustentável.

A nível nacional é necessário que se tenha políticas públicas que melhore as condições do país no que tange ao seu subdesenvolvimento, principalmente no aspecto em que diminua as diferenças econômicas e sociais entre as regiões e de suas populações. Que rompa a estrutura agrária concentrada e latifundiária, dando oportunidade as famílias para que não abandonem seus locais de origem e que estes consigam viver dignamente.

É desta maneira que veremos diminuir o caos urbano que reina atualmente nas grandes cidades, onde as mazelas sociais explodem em seus bairros segregados, onde a fome e a violência fazem explodir todo tipo de conflito social, levando a todas as camadas sociais um futuro certamente incerto.

Em função dos resultados da pesquisa podemos concluir que o crescimento urbano do distrito de São João do Rio Vermelho é inevitável. Porém é necessário pensar para a localidade, um Plano diretor que não permita o crescimento desordenado, que respeite as tradições como sua história, e que preserve seu meio ambiente como qualidade de vida. Que considere a sociedade em constante processo de transformação, porém que esta transformação seja para benefícios de todos, e que os desafios impostos pelo cotidiano sejam derrubados um a um, no mais profundo respeito às leis naturais do homem e da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 8ª.ed., São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 3ª.Ed., São Paulo: Contexto, 1997. (Repensando a Geografia).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 14ª. ed., São Paulo, Campanha editora Nacional, 1976.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. 1ª. ed., São Paulo, Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 2ª. ed., São Paulo, Editora Ática, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 4ª. ed., São Paulo, Editora Ática, 1991.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8ª. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.

POMPÍLIO, Marcos Moisés. **Desenvolvimento sustentável, economia ecológica e políticas públicas de saneamento básico**. Um Estudo Exploratório em São João do Rio Vermelho. Monografia. Florianópolis, UFSC, 1997.

BEZERRA, Augusto de Albuquerque. **A terra urbana em Florianópolis (SC): loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001**. Dissertação. Florianópolis, UFSC, 2002.

MENEZES, Deise Fátima. **Transformações sócio-econômicas em comunidades tradicionais. O caso de São João do Rio Vermelho.** Monografia. Florianópolis, UFSC, 1999.

GONÇALVES, Maria Flora. **O novo Brasil urbano: Impasses, dilemas, perspectiva.** 1ª. ed., Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.p.19 – 73.

GRANDO, Sergio. **Florianópolis de todos/ Sergio Grando.** Florianópolis: ed. Insular, 2000. – 248 p.

DEMÉTRIO, Elisa Neli Rehn. **O potencial turístico do Rio Vermelho diante da ocupação do espaço.** Monografia. Florianópolis, UFSC, 1995.

IPUF-Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, **Planos.** <http://www.ipuf.sc.gov.br/planos/micro.asp>. Acesso: 25 de maio de 2004.

PESSOTTO, Carla. **Migração Afeta Municípios da Região,** Disponível: <http://an.uol.com.br/ancapital/2001/dez/23/+cens>. Acesso: 03 de setembro de 2004.

SAAVEDRA, Jefferson. **Estado cresce acima da média.** Disponível: <http://na.uol.com.br/2004/ago/31/opai.htm>. Acesso: 09 de setembro de 2004.

**Perfil de Florianópolis.** Disponível: [www.florianopolis.sc.gov.br/cidade/p](http://www.florianopolis.sc.gov.br/cidade/p). Acesso em 22 de abril de 2004.

**A Realidade da Rodovia João Gualberto Soares,** Jornal O Bairro, outubro de 2004, p.8.

**Planejamento Urbano Feito aos Pedacos,** Jornal A Notícia, 9 de novembro de 2004, p. 8 e 9.

**Mapas,** Guia Comercial Norte da Ilha, nº 34, novembro de 2004. Florianópolis. Ano 3.



## ANEXOS

## MODELO DE ENTREVISTA APLICADO AOS MORADORES DO DISTRITO DE SÃO JOÃO DE SÃO JOÃO DO RIO VERMELHO

### I – Dados de Identificação:

Idade:.....

Sexo:.....Profissão:.....

Grau de escolaridade: ( ) 1º Grau; ( ) 1º grau incompleto; ( ) 2º grau; ( ) 2º grau incompleto; ( ) Nível Superior; ( ) Nível Superior Incompleto.

### II - Perguntas Específicas:

Há quanto tempo mora em São João do Rio Vermelho?

.....

Onde você morava antes de vir para São João do Rio Vermelho?

.....

Em ordem de importância, qual o motivo que o fez vir morar no Distrito de São João do Rio Vermelho?

( ) Preço da terra;

( ) Lugar ideal para se viver e criar os Filhos;

( ) Proximidade do mar;

( ) Outros (Quais?).....

Você considera que o atual processo de urbanização está acabando com as tradições e o modo de vida da população nativa local?

( ) Sim

( ) Não

Por que?

Você acredita que o processo de urbanização trará novas perspectivas de trabalho a comunidade local?

(     ) Sim

(     ) Não

Por que?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

Como você considera a participação dos órgãos governamentais no processo de urbanização do distrito de São João do Rio Vermelho?

(     ) Presente

(     ) Ausente

Em sua opinião, o que precisa ser feito aqui, que o Estado ainda não fez.

.....

.....

.....

.....

.....

Quais as perspectivas que você vislumbra para o futuro do distrito de São João do Rio Vermelho?

.....

.....

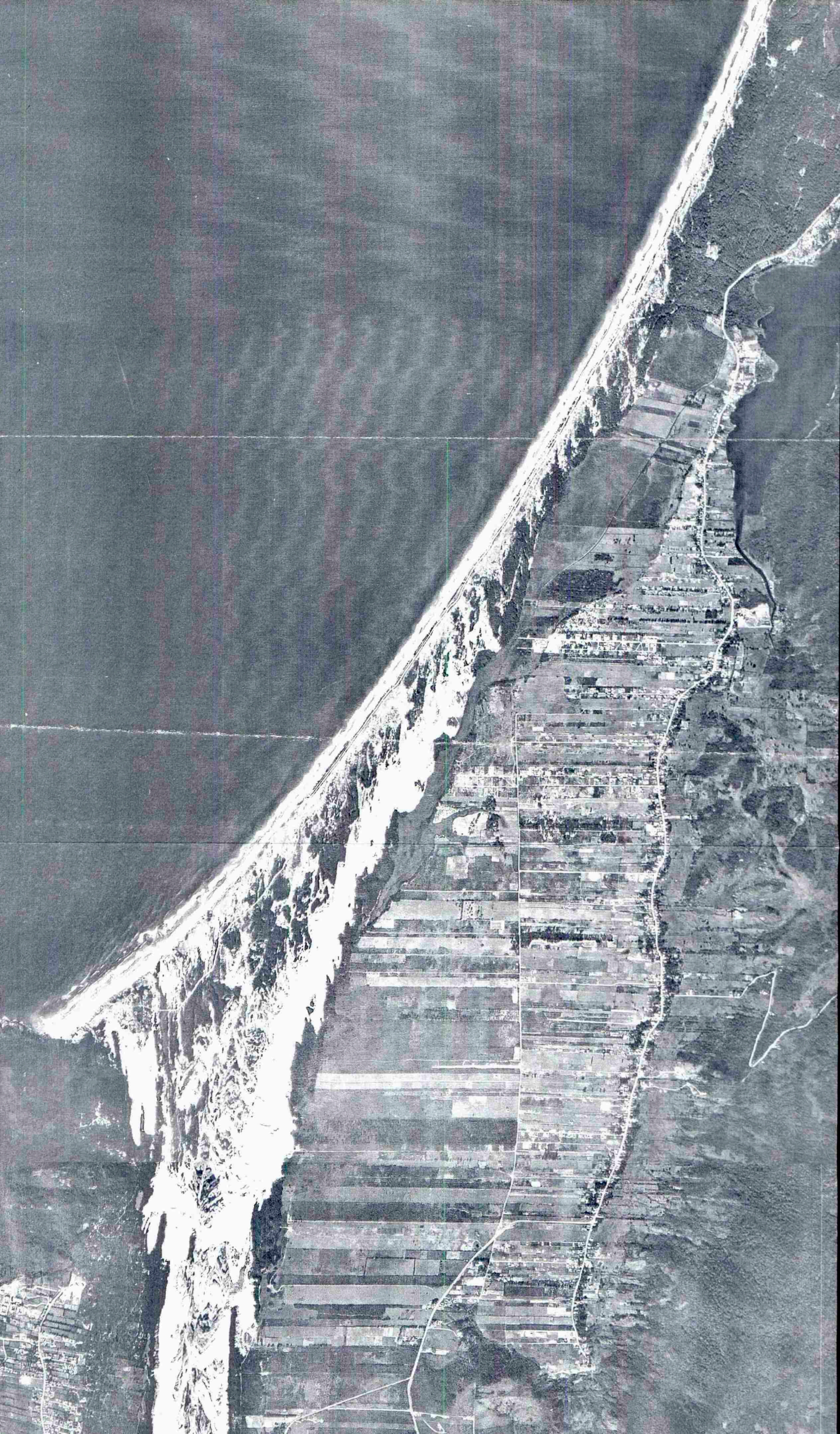
.....

.....

.....

.....









Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis




Florianópolis, 16 de maio de 2003.


Senhora **Prefeita**,

Na condição de membros integrantes da *Comissão Especial para Diagnóstico e Estudo dos Procedimentos a serem adotados com relação à ligação de água e energia elétrica*, honrosamente nomeados que fomos pelo Decreto n. 1641, de 22-10-2002, vimos, através do presente, encaminhar-lhe parecer sobre o Projeto de Lei nº 437/2003, conforme solicitado por Vossa Excelência, através do OFF/DL, nº 4559, em 09/05/03.

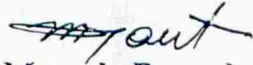
Sendo o que havia para o momento, subscrevemo-nos, com protestos de elevada estima e consideração.

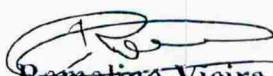
Atenciosamente,

  
**Maria Eduvirgem Cardoso**  
Procuradora Geral

  
**Odilon Furtado Filho**  
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

  
**José Rodrigues Rocha**  
Diretor de Planejamento – IPUF

  
**Marcelo Buzaglo Dantas**  
Assessor Jurídico – FLORAM

  
**Romalino Vieira**  
SUSP

Excelentíssima Senhora  
**ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU**  
Prefeita Municipal de Florianópolis  
**NESTA/**



Gabinete da Prefeita Municipal de Florianópolis



**PARECER**  
**(RAZÕES PARA O VETO PARCIAL DO PROJETO DE LEI**  
**COMPLEMENTAR)**

Consulta-nos a Exma. Sra. Prefeita Municipal de Florianópolis acerca do Projeto de Lei Complementar n. 437/03, que *"inclui inciso no art. 11 da Lei Complementar nº 060/00 e dá outras providências"*, aprovado pela Câmara Municipal, com base em proposta enviada àquela Casa pelo Poder Executivo.

Esclarecemos, inicialmente, que a Minuta do Projeto de Lei Complementar elaborada por esta Comissão e encaminhada à Exma. Sra. Prefeita em 10/02/03, não corresponde à íntegra do teor do Projeto de Lei nº 437/2003, aprovado pela Câmara Municipal de Florianópolis, em 06/05/03.

Dentre as alterações efetuadas pelo Poder Legislativo local, destaca-se aquela constante do art. 2º, letra *d*, segundo o qual, no projeto original elaborado por esta Comissão, a obra a ser aprovada deveria se situar em local servido por via pública com denominação oficial, rede de iluminação pública e energia elétrica e sistema de coleta de lixo. Já no Projeto de Lei Complementar ora sob análise, somente permaneceu a exigência do imóvel estar servido por via pública com denominação oficial. Todas as demais exigências foram inteiramente suprimidas.

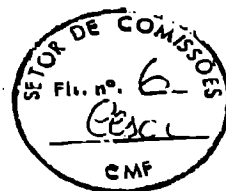
Embora aparentemente singela, as consequências da modificação pretendida são profundas, podendo causar prejuízos irreparáveis ao patrimônio urbano deste município, com reflexos nefastos na qualidade de vida da população de Florianópolis, que, sabidamente, possui um dos índices mais elevados do país.

PB  
f  
M





Gabinete da Prefeita Municipal de Florianópolis



É que, a se manter o Projeto na forma como sugerido, qualquer edificação pode ser aprovada, mesmo que não faça parte de empreendimento dotado de infra-estrutura mínima (rua oficial, energia elétrica, coleta de lixo, etc.). A proposta encaminhada pela Exma. Sra. Prefeita, ao contrário, previa que as aprovações somente ocorressem em comunidades já instaladas, nas quais os serviços públicos ora indicados já se encontram incorporados à realidade dos habitantes. O Projeto aprovado, entretanto, produz um elastério muito grande, permitindo, *data venia*, uma *expansão em massa* da ocupação urbana.

Como se isto não bastasse, entendemos que a aprovação do Projeto, nos moldes ora apresentados, significa verdadeira afronta ao acórdão proferido nos autos da Apelação Cível n. 41.802, desta Capital, em que restou decidido que a ligação de energia elétrica, no âmbito do Município, somente poderia se realizar mediante ouvida prévia da Prefeitura, através do competente alvará.

A propósito, foi exatamente após se dar cumprimento a esta decisão judicial – cujos efeitos foram estendidos ao fornecimento de água, através de convênio com a CASAN –, quando muitas edificações não puderam ter acesso a estes dois serviços públicos, em virtude da falta de título de propriedade (e, conseqüentemente, do alvará para construção) é que se iniciaram os estudos destinados à busca de uma solução para o impasse. Chegou-se então à proposta encaminhada à Exma. Sra. Prefeita, no sentido da dispensa de se exigir o título dominial para a aprovação de projetos de construção. Bastaria, para tanto, mera declaração de *propriedade* (que o Projeto da Câmara alterou para “*declaração de posse*”).

Ora, com todo o respeito, dispensar-se a exigência de que o imóvel esteja situado em local servido por tais serviços, além de ferir a decisão judicial, sem apreço, representa uma tentativa de solução para problemas que ainda não se apresentaram, ou seja, relativos a áreas ainda não urbanizadas. Entretanto, a proposta, se mantida, pode, a nosso sentir, em curtíssimo espaço de tempo, levar à ocupação desordenada de praticamente todo o território da cidade. Daqui a alguns anos, a própria população que venha a habitar estes locais irá começar a exigir da Municipalidade a construção de áreas verdes e de lazer, o que não será possível senão através de desapropriação, onerando ainda mais os cofres públicos. E, o que é pior, tudo isto ocorrerá em função de um equívoco do próprio Município que, através dos Poderes constituídos, terá aprovado uma norma jurídica que, ao invés de solucionar uma questão pontual (fundiária), criou um problema muitíssimo mais grave.

142



Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis



Isto sem falar na possível alegação de inconstitucionalidade da lei complementar em questão, que, uma vez aprovada, poderia representar interferência indevida no Poder Judiciário, ferindo de morte o disposto no art. 2º, da Constituição Federal de 1988.

Outro dispositivo que, em nosso entender, não merece ser sancionado, é o art. 6º, do Projeto apresentado, que estabelece um prazo para a aprovação dos projetos de licenciamento urbanístico. Com a devida vênia, há que se levar em conta que processos desta natureza nem sempre são instruídos com a documentação necessária, o que, na maioria dos casos, leva ao atraso na concessão do alvará, não por responsabilidade do órgão licenciador, mas por culpa do próprio interessado. Assim, ao estabelecer que o prazo se contaria a partir “da data do Requerimento protocolado”, o Projeto, a nosso ver não pode merecer sanção, no particular, sob pena de impor uma regra genérica muitas vezes difícil de ser observada. A única possibilidade de imposição de prazos como os que tais, seria a inclusão de uma condicionante, como por exemplo, “após o requerente ter cumprido todas as exigências que lhe foram feitas”. Do contrário, não é possível exigir-se do órgão público uma resposta em prazo determinado que, muitas vezes, não depende dele próprio.

O mesmo se diga do art. 7º, do Projeto ora *sub examine*, que prevê a realização de convênios com escolas de formação técnica para a contratação de bolsistas que atuem junto à SUSP. Trata-se, a nosso ver, de norma desnecessária, em virtude da legislação já existente acerca da matéria, que autoriza a digna Prefeitura Municipal a celebrar os ditos negócios jurídicos, independentemente de autorização para tanto.

Por outro lado, todos os demais dispositivos – arts. 1º, 3º, 4º, 5º e 8º (6º, do Projeto original) – correspondem quase que exatamente à proposta apresentada pela Comissão e enviada pela Exma. Sra. Prefeitura Municipal. Podem, por isto mesmo, ser sancionados e, por sem dúvida, devem solucionar boa parte dos problemas relacionados à ocupação desordenada, permitindo aos moradores que comprovem estar adequados à legislação urbanística do Município, a aprovação de suas edificações, independentemente da existência de título de propriedade.

Handwritten signatures and initials, including a large 'P' and a signature that appears to be 'R.P.'.




Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis



Diante de todo o exposto, sugerimos o veto parcial ao Projeto de Lei Complementar n. 437/03 (arts. 2º, 6º e 7º), bem como a sanção dos demais dispositivos.

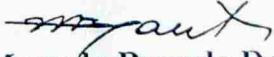
Demais disso, como se trata de matéria do mais alto interesse público, opinamos no sentido do reenvio de novo Projeto de Lei à douta Câmara Municipal de Vereadores, apenas com a redação do art. 2º original, a fim de que, à luz das considerações ora tecidas, proceda-se a nova votação.

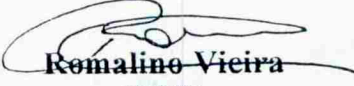
Florianópolis, 16 de maio de 2003.

  
**Maria Eduvirgem Cardoso**  
Procuradora-Geral

  
**Odilon Furtado Filho**  
Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

  
**José Rodrigues da Rocha**  
Diretor de Planejamento – IPUF

  
**Marcelo Buzaglo Dantas**  
Assessor Jurídico – FLORAM

  
**Romalino Vieira**  
SUSP



Gabinete da Prefeita Municipal de Florianópolis

OFDD. nº 4991

Florianópolis, 19 de maio de 2003.

À DIRETORIA LEGISLATIVA

1ª. Leitura

2ª. Cópia Autor

19/05/03

Marcílio Ávila  
Presidente da Câmara  
Municipal de Florianópolis

Senhor Presidente,

No uso das prerrogativas originadas no Art. 74, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Florianópolis, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência e, por seu alto intermédio, a todos os integrantes dessa Colenda Câmara, que no dia **19 de maio de 2003**, sancionei a Lei Complementar, aprovada pelo Plenário dessa Casa, relativa ao **Projeto de Lei Complementar n.º 437/2003, com veto aos Artigos 2º, 6º e 7º**, e que tomou o n.º. 116, de 19 de maio de 2003.

As razões do veto se encontram no Parecer da Comissão Especial para Diagnóstico e Estudo dos Procedimentos a serem adotados com relação à ligação de água e energia elétricas, em anexo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos, em nome do Poder Executivo do Município.

Atenciosamente,

*Angela Regina Heinzen Amin Helou*  
**ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

Excelentíssimo Senhor  
**Vereador MARCILIO GUILHERME ÁVILA**  
Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis  
**NESTA/**

Câmara Municipal de Fpolis
Protocolo
Nº. <u>2154</u>
Fpolis, <u>19/05/2003</u>
<i>Elton</i>
RESPONSÁVEL



Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis



Mensagem n°. 023/2003

À DIRETORIA LEGISLATIVA

1ª. Leitura

2ª. Cópia Autor

19/05/2003

Marcílio Ávila  
Presidente da Câmara  
Municipal de Florianópolis

Senhor **Presidente**, **Senhores Vereadores**,

No uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município de Florianópolis, cumpro o dever de submeter à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei Complementar que **Inclui Artigo na Lei Complementar n°. 116, de 19 de maio de 2003.**

As razões que me levam a apresentar o presente Projeto de Lei Complementar estão consubstanciadas na anexa Exposição de Motivos, assinada pela Procuradora Geral do Município, Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos, Diretor de Planejamento do IPUF e Assessor Jurídico da FLORAM.

Contando com o inestimável apoio de Vossas Excelências, subscrevo-me com minhas expressões de apreço e consideração.

**Respeitosamente,**

**Florianópolis, 19 de maio de 2003.**

*Maurício*  
**ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU**  
**PREFEITA MUNICIPAL**

Câmara Municipal de Fpolis
Protocolo
Nº. <u>2162</u>
Fpolis, <u>19 05 2003</u>
<u>6670</u>
RESPONSÁVEL

Mauricio/mensagem/inclui\_art\_lei\_comp\_116

ENCAMINHE-SE PARA
PROCESSAMENTO
<u>19 05 03</u>





Gabinete da Prefeitura Municipal de Florianópolis



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 457/2003  
INCLUI ARTIGO NA LEI COMPLEMENTAR N.º 116,  
DE 19 DE MAIO DE 2003.

Faço saber a todos os habitantes do Município de Florianópolis, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Inclui-se na Lei Complementar n.º 116, de 19 de maio de 2003, o seguinte artigo:

“Art. 2º. Para aprovação de projeto e ou construção de residência unifamiliar, o imóvel deve atender o seguinte:

- a) consulta de viabilidade favorável;
- b) cópia do IPTU em nome do requerente;
- c) projeto arquitetônico para residência com mais de 70,00 m²;
- d) o imóvel estar servido por via pública com denominação oficial, iluminação pública, rede de energia elétrica e coleta de lixo.”

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, em

  
ANGELA REGINA HEINZEN AMIN HELOU  
PREFEITA MUNICIPAL



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
PALÁCIO DIAS VELHO

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 437/2003

INCLUI INCISO NO ART. 11 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 060/2000  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo de Florianópolis, por seus representantes, aprova e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica incluído inciso IV ao art. 11 da Lei Complementar nº 060/2000.

IV - Declaração de posse do imóvel, com as características do mesmo, assinada pelo requerente com firma devidamente reconhecida.

Art. 2º Para aprovação de projeto e ou construção de residências unifamiliar, o imóvel deve atender o seguinte:

- a) consulta de viabilidade favorável;
- b) cópia do IPTU em nome do requerente;
- c) projeto arquitetônico para edificação residencial unifamiliar com mais de 70,00m<sup>2</sup>, excluídos telheiros, canis, galinheiros e similares;
- d) o imóvel estar servido por via pública com denominação oficial.

Art. 3º O Município promoverá o Controle Urbanístico da Posse que consistirá na aprovação de loteamento, condomínio e desmembramentos de acordo com as normas urbanísticas estabelecidas no Plano Diretor com apresentação de respectivo título.

Parágrafo único - A expedição do alvará para execução previsto no artigo 3º fica condicionada à apresentação de parecer ambiental favorável emitido pelo órgão ambiental municipal.

Art. 4º Fica vedado a abertura de inscrições imobiliárias de parcelamento que não estejam aprovados pela Prefeitura Municipal. *JÁ FOI APROVADA A INSCRIÇÃO*

Art. 5º Enquanto não forem elaborados planos específicos de zoneamento, as Áreas de Exploração Rural (AER) remanescentes no interior das Zonas Urbanas dos Distritos de Florianópolis serão zoneadas como Áreas Residenciais Exclusivas - 5 (ARE-5).

§ 1º - Os limites das zonas urbanas a que se refere este artigo são os constantes no anexo I da Lei Complementar nº 040/99;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS  
PALÁCIO DIAS VELHO

§ 2º - Excetuam-se do disposto no "caput" deste artigo as Áreas de Exploração Rural (AER) situadas ao longo de vias arteriais, numa profundidade de 100,00m (cem metros);

§ 3º - Os parcelamentos do solo nessas zonas seguirão as normas da Lei Complementar nº 001/97.

Art. 6º O Órgão Municipal competente para efetuar a aprovação de Projeto e o Licenciamento da obra deverá obedecer o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do Requerimento protocolado, para expedição da documentação necessária.

Art. 7º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com escolas de formação técnica, visando a contratação de pessoal (bolsista) para auxílio, junto ao Órgão Municipal competente, na análise, fiscalização e agilização dos processos de aprovação de Projeto e licenciamento de obra.

Art. 8º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, ficando a Chefe do Poder Executivo autorizada a baixar os atos necessários para o cumprimento da presente Lei Complementar.

Câmara Municipal de Florianópolis, em 06 de maio de 2003.

VEREADOR MARCÍLIO GUILHERME ÁVILA  
PRESIDENTE

prn/dlg